



# ÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE MAIO DE 1996

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

João Cerveira Corregedor da Fonseca

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

A Sr.º Ministra da Saúde (Maria de Belém Roseira) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Nelson Baltazar (PS), relativa às linhas estratégicas do Governo no concernente às medicinas naturais, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Jorge Roque Cunha (PSD), Isabel Castro (Os Verdes) e Bernardino Soares (PCP) e ainda à pergunta sobre o ensino da enfermagem, respectivas saídas profissionais e condições de trabalho dos enfermeiros, formulada pelo Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Agostinho Moleiro (PS), Isabel Castro (Os Verdes), Jorge Roque Cunha (PSD), Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP) e Bernardino Vasconcelos e José Costa Pereira (PSD).

À pergunta sobre o ensino superior universitário, formulada pelo Sr. Deputado José Junqueiro (PS), com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados José Cesário (PSD), António Filipe (PCP), António Braga (PS), Jorge Roque Cunha (PSD), Henrique Neto (PS), Carlos Coelho (PSD), António Marinho (PS) e Fernando Pedro Moutinho (PSD), e a uma outra do Sr. Deputado Gavino Paixão (PS), sobre o Protocolo com a Universidade Aberta para complemento de habilitações, com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados António Braga (PS), Nuno Correia da Silva (CDS-PP), Luís Mesquita (PCP) e Carlos Coelho (PSD) respondeu o Sr. Ministro da Educação (Marçal Grilo).

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Capoulas Santos) respondeu à pergunta feita pela

Sr.º Deputada Helena Santo (CDS-PP), sobre as medidas práticas e não meramente legislativas que o Governo tomou para fiscalizar a passagem de animais pelas fronteiras portuguesas, e a pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Lino de Carvalho (PCP) e António Martinho (PS).

À pergunta formulada pelo Sr. Deputado Lalanda Gonçalves (PSD), acerca da redução das taxas do IVA nas regiões autónomas, respondeu o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Carlos dos Santos).

À pergunta sobre naveabilidade do rio Douro e segurança da barra, feita pelo Sr. Deputado Manuel Moreira (PSD), com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados José Calçada (PCP) e António Lobo Xavier (CDS-PP), respondeu o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (Consiglieri Pedroso).

O Sr. Secretário de Estado da Justiça (Matos Fernandes) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado José Cesário (PSD), relativa à eventual criação em Viseu de um novo estabelecimento prisional nas instalações do Regimento de Infantaria, e ao pedido de esclarecimento adicional do Sr. Deputado Miguel Ginesal (PS).

Finalmente, à pergunta sobre a conservação da natureza e o Parque Natural Sintra-Cascais, formulada pela Sr.º Deputada Isabel Castro (Os Verdes), e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Nuno Abecassis (CDS-PP) e António Filipe (PCP), respondeu o Sr. Secretário de Estado do Ambiente (José Sócrates).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Fries Barreiros.  
Adérito Joaquim Ferro Pires.  
Agostinho Marques Moleiro.  
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.  
Alberto de Sousa Martins.  
Albino Gonçalves da Costa.  
António Alves Marques Júnior.  
António Alves Martinho.  
António Bento da Silva Galamba.  
António de Almeida Santos.  
António Fernandes da Silva Braga.  
António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
António José Gavino Paixão.  
António Rui Esteves Solheiro.  
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.  
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.  
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.  
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.  
Carlos Alberto Dias dos Santos.  
Carlos Justino Luís Cordeiro.  
Carlos Manuel Amândio.  
Carlos Manuel Luís.  
Cláudio Ramos Monteiro.  
Domingos Fernandes Cordeiro.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Elisa Maria Ramos Damião.  
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.  
Fernando Alberto Pereira de Sousa.  
Fernando Alberto Pereira Marques.  
Fernando Antão de Oliveira Ramos.  
Fernando Garcia dos Santos.  
Fernando Manuel de Jesus.  
Fernando Pereira Serrasqueiro.  
Francisco Fernando Osório Gomes.  
Francisco José Pereira de Assis Miranda.  
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.  
Henrique José de Sousa Neto.  
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.  
João Rui Gaspar de Almeida.  
João Soares Palmeiro Novo.  
Joaquim Moreira Raposo.  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.  
Joel Maria da Silva Ferro.  
Jorge Lacão Costa.  
Jorge Manuel Damas Martins Rato.  
Jorge Manuel Fernandes Valente.  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.  
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.  
José Alberto Cardoso Marques.  
José António Ribeiro Mendes.  
José Carlos Correia Mota de Andrade.  
José Carlos da Cruz Lavrador.  
José Carlos das Dores Zorrinho.  
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.  
José da Conceição Saraiva.  
José de Matos Leitão.

José Ernesto Figueira dos Reis.  
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.  
José Manoel de Medeiros Ferreira.  
José Manuel Niza Antunes Mendes.  
José Pinto Simões.  
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.  
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.  
Laurentino José Monteiro Castro Dias.  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.  
Luís António do Rosário Veríssimo.  
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel António dos Santos.  
Manuel Francisco dos Santos Valente.  
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.  
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.  
Manuel Porfírio Vargas.  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.  
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.  
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.  
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.  
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.  
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.  
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.  
Martim Afonso Pacheco Gracias.  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.  
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.  
Nelson Madeira Baltazar.  
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.  
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.  
Pedro Luís da Rocha Baptista.  
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.  
Raimundo Pedro Narciso.  
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.  
Rita Maria Dias Pestana Cachuxo.  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
Rui Manuel dos Santos Namorado.  
Rui Manuel Palácio Carreteiro.  
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.  
Sérgio Humberto Rocha de Ávila.  
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.  
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.  
Álvaro dos Santos Amaro.  
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.  
Antônino da Silva Antunes.  
António Costa Rodrigues.  
António de Carvalho Martins.  
António Fernando da Cruz Oliveira.  
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.  
António Joaquim Correia Vairinhos.  
António Jorge de Figueiredo Lopes.  
António Moreira Barbosa de Melo.  
António Roleira Marinho.  
António Soares Gomes.  
Arménio dos Santos.  
Artur Ryder Torres Pereira.  
Bernardino Manuel de Vasconcelos.  
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.

**Carlos Manuel Duarte de Oliveira.**  
**Carlos Manuel Marta Gonçalves.**  
**Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.**  
**Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.**  
**Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.**  
**Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.**  
**Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.**  
**Fernando Santos Pereira.**  
**Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Boraldo.**  
**Francisco Antunes da Silva.**  
**Francisco José Fernandes Martins.**  
**Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.**  
**Gilberto Parca Madail.**  
**Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.**  
**Hugo José Teixeira Velosa.**  
**João Álvaro Poças Santos.**  
**João Calvão da Silva.**  
**João Carlos Barreiras Duarte.**  
**João do Lago de Vasconcelos Mota.**  
**Joaquim Manuel Cabrita Neto.**  
**Joaquim Martins Ferreira do Amaral.**  
**Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.**  
**José Álvaro Machado Pacheco Pereira.**  
**José Augusto Gama.**  
**José Augusto Santos da Silva Marques.**  
**José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.**  
**José Carlos Pires Povoas.**  
**José de Almeida Cesário.**  
**José Guilherme Reis Leite.**  
**José Luís Campos Vieira de Castro.**  
**José Macário Custódio Correia.**  
**José Manuel Costa Pereira.**  
**José Manuel Durão Barroso.**  
**José Manuel Nunes Liberato.**  
**José Mário de Lemos Damião.**  
**José Mendes Bota.**  
**Lucília Maria Samoreno Ferra.**  
**Luis Carlos David Nobre.**  
**Luis Filipe Menezes Lopes.**  
**Luis Manuel Gonçalves Marques Mendes.**  
**Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes.**  
**Manuel Alves de Oliveira.**  
**Manuel Castro de Almeida.**  
**Manuel Filipe Correia de Jesus.**  
**Manuel Joaquim Barata Frexes.**  
**Manuel Maria Moreira.**  
**Maria do Céu Baptista Ramos.**  
**Maria Eduarda de Almeida Azevedo.**  
**Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.**  
**Maria Luísa Lourenço Ferreira.**  
**Maria Manuela Aguiar**  
*Dias Moreira.*  
**Maria Manuela Dias Ferreira Leite.**  
**Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.**  
**Mário da Silva Coutinho Albuquerque.**  
**Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.**  
**Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.**  
**Pedro Augusto Cunha Pinto.**  
**Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.**  
**Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.**  
**Pedro Manuel Cruz Roseta.**  
**Roland Lima Lalanda Gonçalves.**  
**Rui Fernando da Silva Rio.**  
**Sérgio André da Costa Vieira.**

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):**

**António Afonso de Pinto Galvão Lucas.**  
**António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.**  
**Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.**  
**Jorge Alexandre Silva Ferreira.**  
**Manuel Fernando da Silva Monteiro.**  
**Maria Helena Pereira Nogueira Santo.**  
**Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.**  
**Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.**  
**Nuno Kruz Abecasis.**  
**Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura.**  
**Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.**

**Partido Comunista Português (PCP):**

**António Filipe Gaião Rodrigues.**  
**António João Rodeia Machado.**  
**Bernardino José Torrão Soares.**  
**João António Gonçalves do Amaral.**  
**João Cerveira Corregedor da Fonseca.**  
**José Fernando Araujo Calçada.**  
**Lino António Marques de Carvalho.**  
**Luís Manuel da Silva Viana de Sá.**  
**Maria Luísa Raimundo Mesquita.**  
**Maria Odete dos Santos.**  
**Octávio Augusto Teixeira.**

**Partido Ecologista Os Verdes (PEV):**

**Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.**  
**Isabel Maria de Almeida e Castro.**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, como sabem, a sessão de hoje destina-se à formulação de perguntas ao Governo. Sendo nove as perguntas a fazer, peço a vossa compreensão no sentido do rigor na gestão dos tempos atribuídos. Assim, quando pedir para interromperem as vossas intervenções, terão de respeitar a minha advertência.

Para formular a primeira pergunta à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, sobre medicinas naturais — linhas e estratégias do Ministério, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Baltazar.

**O Sr. Nelson Baltazar (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, longe vai o tempo em que a sabedoria popular se impunha na arte de curar. Na antiga Farmacopeia Portuguesa há três remédios essenciais, distribuídos por três zonas geográficas do corpo humano: até aos ombros era o borato, dos ombros à cintura o bicarbonato e da cintura aos pés o permanganato.

Não podemos nem queremos ser tão redutores, mas é facto que, em muitas das pequenas unidades rurais do mundo inteiro, 90% dos cuidados de saúde primários são cobertos por ervanários e praticantes de medicina natural tradicionais. Grande parte dos actuais medicamentos têm como base o conhecimento, muitas vezes transmitido de boca em boca, daqueles que por intuição e pela prática conhecem o valor dos produtos biomédicos tradicionais. Particularmente nas enfermidades oftalmológicas os tratamentos com base em plantas parecem ser reconhecidamente adequados.

Se Gil Vicente aqui estivesse diria: «ninguém conhece o desconhecido e todo o mundo aproveita o desconheci-

mento». É, pois, necessário, nesta área, proteger as minorias mais vulneráveis e exigir o desaparecimento gradual de profissionais da medicina com deficiente preparação ética e baixo espírito crítico.

Sentimos que é chegado o momento de separar as águas entre terapias ofensivas e inofensivas; práticas prejudiciais à saúde e práticas médicas consagradas e aceites; tratamentos ou medicamentos tóxicos e ervas e ungüentos naturais de efeitos reconhecidos. Pensamos que poderá ser este o momento de iniciar uma aproximação ao reconhecimento oficial das medicinas naturais, criando as estruturas necessárias à sua credibilidade, controlo de qualidade, especificação técnica e acessibilidade por parte do consumidor potencial.

A própria Europa comunitária não possui uma tradição jurídica normalizada para as medicinas naturais. Encontram-se práticas e simples controlo destas medicinas com margens legislativas que vão desde as muito restritivas a outras muito liberais, havendo até algumas em que o acesso pela via do orçamento do SNS se chega a fazer.

A promoção e a defesa da saúde pública desejam-se como objectivos primeiros a assegurar pelo Estado. No regime jurídico que julgamos necessário, interessa objectivamente salvaguardar a proteção à saúde dos portugueses, promover o controlo de qualidade dos produtos no mercado, sejam eles de origem animal ou vegetal, isto é, proteger os interesses dos consumidores.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, que medidas pensa promover neste sentido? Que linhas estratégicas entende o Ministério da Saúde prosseguir para constituir um regime jurídico que possa sustentar de forma articulada com a medicina humana e o possível contributo das medicinas naturais?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, também no tempo de três minutos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde (Maria de Belém Roseira):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nelson Baltazar, quanto às medicinas naturais, que é um termo suficientemente abrangente para merecer alguma clarificação, gostaria de dizer que temos de distinguir algumas coisas. Uma delas é aquilo que já está sujeito a regulamentação jurídica e que são os medicamentos homeopáticos, que já têm legislação própria, publicada no ano passado, bem como os produtos farmacêuticos homeopáticos.

Os medicamentos homeopáticos obedecem ao estatuto do medicamento, tendo sido publicada, em relação aos produtos farmacêuticos homeopáticos, no Decreto-Lei n.º 94/95, de 9 de Maio, no ano passado, legislação específica. É evidente que tudo quanto é englobado por este termo «medicinas naturais» é suficientemente amplo, abrangente, por forma a permitir alguma falta de regulamentação nesta matéria, porque se colide não só com algumas práticas que são tradicionalmente aceites por um número alarmante da nossa população como tem a ver com a forte tradição enraizada, no sentido de que a medicina regulada seja a científica, porque foi essa que teve um grande volume nos últimos anos.

É evidente que a regulamentação do exercício da medicina natural tem a ver também com alguns aspectos extremamente complexos e que se têm revelado difíceis ao longo destes últimos anos, nomeadamente a regulamentação do acto médico em si, para permitir que depois se distinga em relação a tudo o que é considerado como acto

não médico. E, nesse sentido, quer a Ordem dos Médicos quer os sindicatos estão interessados em avançar com esta temática, que, sublinho, sendo extremamente complexa e melindrosa, vai, com certeza, ser objecto de reflexão demorada. Portanto, tudo leva a crer que não iremos ter, com certeza, muito rapidamente uma regulamentação sobre esta matéria.

De qualquer forma, há alguns aspectos que passam pela articulação entre os vários ministérios para a adequada salvaguarda da saúde pública, que já foram objecto de medidas concretas. Uma delas tem a ver com a avaliação da formação de pessoas que se reclamam como possuidoras de preparação específica em determinadas áreas. Nesse sentido, já foi solicitada a colaboração do Ministério da Educação para connosco proceder à avaliação da qualidade e grau da formação exigida.

Em relação à questão dos produtos...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Ministra, terminou o seu tempo. Terá depois outra oportunidade.

O Sr. Deputado Nelson Baltazar tem dois minutos para pedir esclarecimentos adicionais, se assim o entender.

**O Sr. Nelson Baltazar (PS):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, esta relação do acto médico e do acto não médico é extremamente importante. Há, pois, que estudá-la com profundidade, porque muitas vezes os próprios médicos utilizam — e todos temos conhecimento disso — alguns apoios neste tipo de medicina e, de certa forma, se são médicos podem fazê-lo, se não são não o devem fazer. Enfim, há esta questão que é realmente complicada de resolver mas que deve ser analisada.

O que pergunto agora é se a Sr.<sup>a</sup> Ministra pensa, na sequência desse trabalho que se pretende fazer, aclarar algumas das questões que a própria OMS já trouxe à lume, que têm a ver também com a participação dos próprios elementos actuantes nas medicinas naturais, das respectivas associações, das técnicas e dos princípios fundamentais, isto é, se vão ou não ser analisados os próprios programas terapêuticos.

É, aliás, uma questão muito importante, tanto mais que soubemos, há alguns dias, pela comunicação social, que tinha havido dois casos concretos de SIDA, eventualmente, curada, aqui perto, junto à fronteira portuguesa. Gostaríamos de saber se já tem alguns dados concretos sobre isso, uma vez que são questões que nos deixam perplexos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado pela sua contenção verbal, Sr. Deputado.

Tem a palavra, durante um minuto, o Sr. Deputado Jorge Roque Cunha.

**O Sr. Jorge Roque Cunha (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, as questões que pretendo colocar-lhe já tiveram uma primeira abordagem em sede da Comissão Parlamentar de Saúde e têm a ver com a regulação ética e a certificação profissional em defesa da saúde pública.

Em primeiro lugar, a Sr.<sup>a</sup> Ministra acha que poderia ser enquadrado o papel de uma associação organizadora tutelada com as regras do Estado?

Em segundo lugar, qual o papel que pensa que o IFAR-MED pode ter no controlo de qualidade que se pretende, que deve ser mais aprofundado, e se estão previstas asso-

ciações com laboratórios que tenham a possibilidade de fazer esse tipo de análise, nomeadamente para a sua certificação de qualidade?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, a minha pergunta já foi, de algum modo, feita, por requerimento ao Governo, mas ainda não tive oportunidade de a ver esclarecida.

De certa forma, a Sr.<sup>a</sup> Ministra já informou o Sr. Deputado do PS que a existência de um vazio legislativo em toda esta matéria não permite uma fronteira clara entre aquilo que são medicinas naturais credíveis e toda uma imensa mancha de coisas pouco credíveis que à sua sombra se colocam.

O problema muito concreto que coloco tem a ver com produtos ditos naturais sem qualquer controlo de fiscalização. E isto porque, já que a óptica do controlo não se faz na perspectiva da saúde pública mas da comparticipação, e, portanto, como o Estado não comparticipa não se preocupa em saber o que é que as múltiplas coisas que estão comercializadas contêm, o problema põe-se porque muitos desses produtos, como sabe, são utilizados e têm derivados de bovinos, ou seja, põem claramente em risco a saúde pública.

Por isso, perguntámos ao Governo o que é que estava a fazer. Como a resposta ainda não chegou, gostaríamos que a Sr.<sup>a</sup> Ministra, hoje, aqui, esclarecesse que garantias é que dá aos consumidores portugueses de que esses produtos, que não têm controlo, não atentam contra a saúde pública.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, o sentido da minha pergunta, nesta matéria, é, por um lado, o de pôr alguma ênfase na questão da proteção dos cidadãos e dos doentes que, muitas vezes colocados em situações dramáticas, recorrem aos meios que encontram para tentar resolver os problemas que os afetam e, por outro lado, também do ponto de vista da salvaguarda da saúde pública.

Nesta matéria, seria importante, para além de uma regulamentação adequada, que a Sr.<sup>a</sup> Ministra já explicitou que está a ser estudada, saber que actuação está a ser prevista para, desde já, regular este exercício e este fenómeno que existe e também para aproveitar aquilo que de bom há e que muitas vezes será prejudicado por um conjunto de outras situações menos credíveis e menos claras, que não abonam de maneira nenhuma em favor da medicina natural e de todas estas matérias.

**O Sr. Presidente:** — Para responder a todas as questões formuladas, no tempo estrito de 10 minutos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde:** — Sr. Presidente, vou tentar responder o mais rapidamente possível a este conjunto abrangente de questões.

Começava por juntar as perguntas do Sr. Deputado Nelson Baltazar com a da Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, respondendo também de certa forma um pouco às preocupações formuladas pelo Sr. Deputado Bernardino Soares.

Especificamente em relação aos produtos, que foi a questão a que não pude responder antes por falta de tempo, quero dizer que tudo o que seja objectos, aparelhos, produtos e métodos, que têm vindo a ser apresentados aos consumidores como possuindo propriedades que os tornam aptos para a prevenção, diagnóstico, profilaxia, paliação e cura de doenças, bem como para uma acção sobre as funções fisiológicas ou sobre o estado mental, nós — e quando digo nós, refiro-me ao Ministério da Saúde, ao da Economia e ao do Ambiente — decidimos a criação de um grupo...

**O Sr. Jorge Roque Cunha (PSD):** — Mais uma comissão?...

**A Oradora:** — ... que possa analisar todas estas questões. As questões são inúmeras, são extremamente variadas e, portanto, estabelecemos o *timing* até 30 de Outubro para o grupo, que é integrado por representantes de todos esses ministérios, apresente um relatório final. Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada quiser depois, dou-lhe fotocópia do despacho, porque ele já saiu para publicação no *Diário da República* mas ainda não foi publicado.

Quero dizer-lhe que em relação a alguns produtos que são manipulados com substâncias, nomeadamente de origem animal, já foi publicado, no ano passado, um despacho no sentido de sujeitar a manipulação desses produtos às regras constantes das orientações comunitárias sobre esta matéria que dividiam os produtos em quatro graus em termos de infeciosidade. Portanto, a única coisa que se vai acrescentar ao despacho é a proibição da importação desse tipo de produtos um pouco para tornar mais abrangente e mais exequível a protecção da saúde pública que pretendemos garantir.

O Sr. Deputado Nelson Baltazar abordou ainda outra questão, que se prende com o problema de algumas das técnicas que são hoje, de certa forma, toleradas pelas medicinas mais tradicionais, como é o caso da acupunctura, que já foi objecto de uma recomendação da OMS no sentido de existirem regras *standard* internacionais que permitam a sua prática.

O nosso sistema, em relação a esta matéria, tem sido apelidado como relativamente tolerante. Agora, queremos que a tolerância passe por regras e não por omissões, inserindo-se, portanto, nesse conjunto de avaliação de toda esta problemática.

Em relação à questão específica dos medicamentos anunciados como «curadores» da SIDA, isso já foi, em devida altura e assim que surgiu a questão, enviado ao INFARMED, para, de uma vez por todas, analisar efectivamente o que se passa em relação à pretensa acção curativa desses métodos ou produtos utilizados. A dificuldade que existiu para proceder a essa análise deve-se ao facto de os seus divulgadores se recusarem a indicar quais as substâncias activas usadas nesse tratamento.

Portanto, através da atribuição dessa incumbência ao INFARMED, o assunto está a ser estudado e quando for objecto de alguma decisão, eu própria darei conhecimento dela.

Em relação à questão apresentada pelo Sr. Deputado Jorge Roque Cunha, acerca do controle de qualidade e à utilização do INFARMED quanto a esta matéria, o que tem sido tradicional a nível do Ministério da Saúde é a utilização do Instituto Ricardo Jorge, em relação a alguns aspectos, e o INFARMED já tem, de certa forma, concluído o processo que vai permitir a construção do seu pró-

prio laboratório de controle de qualidade. Porém, penso que enquanto não estiver garantido, em termos de recursos nacionais, aquilo que seja o nosso próprio controle de qualidade efectivo, em tudo o que seja produto importado devemos obrigar à apresentação de certificado de origem, para evitarmos sustos e riscos que são, como é óbvio, de todo em todo, indesejáveis.

Relativamente a esta matéria, é isto que tenho a dizer.

**O Sr. Presidente:** — Para formular a sua pergunta sobre o ensino de enfermagem, respectivas saídas profissionais e condições de trabalho dos enfermeiros, ainda à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, a palavra ao Sr. Deputado Bernardino Soares, para o que dispõe de 3 minutos.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, em relação à questão das escolas de enfermagem e do seu ensino, a primeira dúvida que nos surgiu — com alguma curiosidade, aliás — era acerca de quem viria, por parte do Governo, responder a esta questão, se o Ministério da Saúde se o da Educação, dada a situação de dupla tutela que continua a existir e até tendo em conta as respostas que nos foram dadas durante o debate do Orçamento, em que o Ministério da Saúde, em relação à acção social escolar, disse que teríamos de interrogar o Ministério da Educação e vice-versa, tendo nós ficado sem resposta, infelizmente, e continuando os estudantes também sem resposta.

Da informação que temos, por os estudantes nos terem feito chegar os seus problemas e preocupações, continua a não haver descentralização de verbas para as escolas, em relação à acção social escolar, apesar de algumas já terem feito o seu pagamento, segundo consta, à custa de verbas que detêm mas que não são especificamente para esse efeito.

Consideramos que, a acrescentar à carência de instalações e meios humanos que muitas escolas têm, esta situação, em que estudantes são prejudicados sem nenhuma razão aparente, estando integrados no ensino superior politécnico mas não lhes sendo aplicado o regime de acção social escolar — pelos vistos, a sua aplicação está a ser estudada —, não se compadece com tanta demora e a três meses do fim do ano é grave que estas verbas ainda não estejam atribuídas, com evidente prejuízo para os alunos.

Por outro lado, em relação às propinas dos CESE e DESE, parece ser uma realidade o facto de os estudantes de enfermagem continuarem a pagar uma propina bastante elevada, ao contrário dos outros estudantes do politécnico, que foram abrangidos pela suspensão que aqui deliberámos da lei das propinas.

Quero também, ainda que muito sumariamente, falar um pouco acerca das saídas profissionais. Existem muitos jovens enfermeiros saídos das escolas superiores de enfermagem sem colocação, havendo, segundo informações recentes, falta de enfermeiros nos hospitais e nas unidades de saúde, avançando-se até um número, bastante intrigante, de 12 000 vagas nos quadros de pessoal. Não sei se isto será correcto, mas a Sr.<sup>a</sup> Ministra o dirá.

De qualquer modo, haverá com certeza carências nesta matéria e, portanto, julgamos descabido que tantos jovens enfermeiros continuem no desemprego.

Por outro lado, preocupa-nos ainda a situação dos enfermeiros a recibo verde, especialmente os que estão no início da carreira profissional, na sua maioria jovens, que ascenderão a cerca de 4000, número que a Sr.<sup>a</sup> Ministra poderá confirmar e que é deveras preocupante.

Relativamente às várias questões que coloquei, gosta-ria de saber qual a posição da Sr.<sup>a</sup> Ministra e quais as medidas que pretende tomar.

**O Sr. Presidente:** — A palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, para responder, dispondo de três minutos.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde.** — Sr. Presidente, vou tentar responder o mais rapidamente possível para não me acontecer o mesmo que há pouco.

Sr. Deputado Bernardino Soares, quanto ao ensino da enfermagem, como sabe, as escolas foram integradas no ensino superior politécnico e temos estado a desenvolver toda uma série de instrumentos que permitam a transição do pessoal para a carreira docente, como, aliás, já estava previsto, tendo apenas sido alargado o prazo para a apresentação dos mestrados, por força das regras de discussão da respectiva tese, que não permitiriam respeitar o prazo que primeiro havia sido estabelecido, até 31 de Dezembro, no sentido de que os enfermeiros docentes possam ser integrados nas respectiva carreira através da seu esforço de formação acrescida e não por mera avaliação curricular. Portanto, esse prazo foi adiado e foi já nomeado um júri para proceder às equiparações adequadas para efeitos de transição.

A questão da acção social escolar tem sido objecto de algum impasse, totalmente inadequado, na medida em que o Ministério da Saúde não tinha nenhuma tradição relativamente a esta questão e está a tentar aplicar, fundamentalmente, o regime estabelecido a nível do Ministério da Educação, o que não deixa de ser algo de novo para o Ministério da Saúde.

Depois de um relativo impasse com a dificuldade de aplicação da acção social escolar nas escolas superiores de enfermagem, neste momento, já há uma articulação perfeitamente estabelecida com o Ministério da Educação. Tivemos alguma dificuldade em encontrar verbas específicas para esta matéria, na medida em que havia alguma indefinição sobre a quem deveriam ser imputados os encargos, e, uma vez que se trata de uma dupla tutela, pensou-se se não seria justo que uma parte desses encargos fosse suportada pelo Ministério da Educação. Os dois Gabinetes estão em articulação e tencionamos desbloquear as verbas para acção social escolar muito rapidamente.

No que se refere às propinas dos cursos superiores de especialidade, elas foram expressamente excepcionadas do regime de suspensão do pagamento de propinas. Isso está no próprio articulado, que não tenho comigo mas que o Sr. Deputado, com certeza, terá facilidade em encontrar.

Quanto às saídas profissionais e às vagas existentes nos quadros, tenho um apuramento feito pelo Departamento de Recursos Humanos da Saúde e aquilo que se passa é que temos, no que se refere aos cuidados de saúde diferenciados e, sobretudo, na área dos cuidados de saúde primários, efectivamente, muitas vagas por preencher, o que não tem sido feito até por falta de quotas de descongelamento.

Porém, essas vagas, muitas vezes, não são aproveitadas porque os enfermeiros concorrem simultaneamente a mais do que um estabelecimento e optam por um deles; assim, muitos dos estabelecimentos que abrem concurso ficam, muitas vezes, impossibilitados de preencher todas as vagas porque, a certa altura, não há mais candidatos àquele concurso ou, pelo menos, não são em número igual ao das vagas.

Como sabe, toda esta matéria é relativamente complexa, na medida em que se tem feito uma aposta na capacidade

formativa das escolas e, com efeito, têm sido formados muitos enfermeiros, que não têm tido falta de colocação a nível dos quadros dos serviços públicos. Porém, tem havido uma relativa mobilidade deste grupo de profissionais.

Em relação à situação dos recibos verdes, já emiti um despacho, que espero seja legal, tentando ajustar a situação relativamente àquilo que foi negociado em termos da Frente Sindical da Administração Pública, permitindo a celebração de contratos a termo certo com prazo limite até à altura em que se pensa que já estará definitivamente resolvida esta questão. A par disto, solicitei quotas de descongelamento que permitam integrar este ano pelo menos todos aqueles enfermeiros que pensamos que estão na situação de recibo verde, embora tenhamos a noção de que muitos deles estão em regime de acumulação, ou seja, estão num quadro de pessoal, numa situação profissional estável, e estão, em regime de acumulação, também com recibo verde, noutras estabelecimentos.

Peço desculpa, Sr. Presidente, porque me alonguei um pouco na resposta.

**O Sr. Presidente:** — O tempo que utilizou para além daquele de que dispunha será descontado no tempo final, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares, por dois minutos.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, quanto à questão da tradição do Ministério da Saúde, ou da sua falta, percebo que a invoque mas penso que não é admissível, nesta altura do ano e tendo em conta o que já se passou nos anos anteriores, continuar a existir este problema. Parece que ele já está resolvido para o futuro mas, de facto, os alunos estiveram, durante largos meses, sem qualquer apoio social, o que é manifestamente incorrecto.

Quero ainda interrogar a Sr.<sup>a</sup> Ministra acerca de um despacho, que é de alguma maneira contestado, o Despacho n.º 57/96, que estabelece, em relação aos enfermeiros, que a sua contratação só será autorizada mediante autorização inequívoca. Não será isto, de alguma forma desadequado, tendo em conta a realidade de que aqui estivemos a falar, ou seja, a existência de algumas vagas, mesmo nessas condições que a Sr.<sup>a</sup> Ministra referiu?

Não se justificaria aqui, até para aqueles que estão a recibo verde, a aplicação do contrato administrativo de provimento, tendo em conta a questão mais geral, em que com certeza estaremos de acordo, da importância do papel dos enfermeiros na prossecução dos cuidados de saúde, no bom funcionamento das unidades hospitalares e sendo esta uma área onde, reconhecidamente, ainda temos carências e que, portanto, merecia instrumentos mais adequados e céleres para resolver da melhor maneira todas estas situações que estão colocadas?

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — A palavra, por um minuto, ao Sr. Deputado Agostinho Moleiro.

**O Sr. Agostinho Moleiro (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, permitam-me que preste homenagem aos milhares de enfermeiros que, em cada momento, apoiam, tratam e partilham a solidão dos nossos concidadãos doentes, durante 24 horas por dia, com toda a dedicação.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em segundo lugar, quero reafirmar que os Deputados do Partido Socialista apoiam o direito legítimo que todos os enfermeiros portugueses têm de se fazer representar ética e deontologicamente, em prol da garantia de cuidados prestados. Por isso, pergunto à Sr.<sup>a</sup> Ministra para quando a associação profissional de enfermeiros.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — A palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, por um minuto.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, uma questão concreta que gostaria de colocar e que, de algum modo, se associa à pergunta que está em discussão, refere-se à situação dos profissionais de saúde, designadamente de enfermagem, que prestam serviço no hospital Amadora/Sintra.

A indefinição do futuro daquele hospital está, segundo informações que nos chegaram do sindicato, a colocar uma situação que nos parece extremamente preocupante e que não acontecia há muitos anos: há alunos finalistas estagiários de enfermagem a preencher, quase na sua totalidade, o quadro de enfermagem deste hospital. Gostava que a Sr.<sup>a</sup> Ministra me dissesse se esta situação é ou não verdadeira. Se não for, pergunto-lhe se pode dar-me uma informação exacta sobre os profissionais de enfermagem que têm o estatuto de estagiários e aqueles que não o têm.

Outra questão tem a ver com a criação de um curso de técnicos de higiene e saúde pública. Já nos disseram que esses técnicos, independentemente da criação do curso ter como objectivo uma melhor prestação de serviço à comunidade, não encontram saídas profissionais. É uma situação que também gostava de ver esclarecida.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Roque Cunha.

**O Sr. Jorge Roque Cunha (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, já deu entrada a proposta de autorização legislativa para a constituição de uma associação profissional de enfermeiros. Gostávamo que essa matéria fosse aqui apresentada sob a forma de proposta de lei ou que na proposta de autorização legislativa essa ideia fosse de alguma forma concretizada. Este é o apelo que lhe faço.

Aproveitando a circunstância feliz de estar aqui presente o Sr. Ministro da Educação, a segunda questão que quero colocar-lhe é esta: em todas as instituições é sempre difícil encontrar um responsável ou quem queira responder a esta questão da acção social escolar. Tradicionalmente a matéria é da área do Ministério da Educação, mas a verdade é que essa resposta não tem sido dada às escolas de enfermagem. Gostava que de uma vez por todas fosse clarificado este problema, que todos sabemos ser difícil e do qual resulta um grave prejuízo para as pessoas.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Nogueira Pinto.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, relativamente à pretensão manifestada pelos enfermeiros de criação de uma ordem, e não

obstante de possivelmente não vir a ser essa a decisão final, gostava de perguntar-lhe o seguinte: hoje sabemos que na maioria dos hospitais a permanência do pessoal de enfermagem tornou-se obrigatória e que algumas unidades, até de grande complexidade técnica, é este pessoal que assegura o seu funcionamento. Já não podemos dizer que o acto de enfermagem é totalmente dependente do acto clínico, mas, em contrapartida, creio ser necessário rever a formação e os diferentes cursos ministrados nas diferentes escolas, que, muitas vezes, não têm correspondência.

Independentemente da pretensão da criação de uma ordem ou da aprovação de um estatuto, e tendo em conta a crescente complexidade da prestação dos cuidados de saúde e o actual e previsível futuro funcionamento das unidades hospitalares (não só em Portugal como em todo o mundo), pergunto se se está a pensar na formação dos enfermeiros numa perspectiva não de cursos que podem diferir de escola para escola mas, sim, de formação homogénea de acordo com aquilo que, em princípio, se espera dessa classe profissional.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Bernardino Vasconcelos.

**O Sr. Bernardino Vasconcelos (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, a questão que quero colocar-lhe tem a ver com a situação, que se arrasta há muitos anos, dos enfermeiros que estão a receber através de recibos verdes. Estão nesta situação cerca de 5 000 enfermeiros quando no Serviço Nacional de Saúde há cerca de 11 000 vagas a preencher. V. Ex.<sup>a</sup> disse há muito pouco tempo que ia tentar resolver este problema através da negociação do descongelamento de vagas. Pergunto-lhe: o que acontecerá àqueles serviços que não têm vagas nos mapas de pessoal? Pensa fazer alguma coisa para que haja uma contagem de tempo destas situações, muitas delas estáveis e que já existem há dois, três, quatro ou mais anos?

Quanto ao contrato administrativo de provimento, a Sr. Ministra disse há pouco que nos centros de saúde há muitas quotas de descongelamento que não são utilizadas. Creio que com essa figura do contrato administrativo de provimento essas situações não ocorreriam. O que pensa desta situação?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**O Sr. Costa Pereira (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, tenho duas questões a colocar-lhe.

A primeira tem a ver com as saídas profissionais. Sendo Vila Real um distrito muito carenciado em termos de saúde, nenhum dos 50 alunos que acabou o último curso da Escola Superior de Enfermagem conseguiu uma colocação nessa região. Estão todos colocados no Hospital Amadora/Sintra. Pergunto-lhe: que medidas vai tomar para resolver esta situação, já que a maioria dos alunos é oriunda daquela região?

A segunda questão dirijo-a não só a si mas também ao Sr. Ministro da Educação que também se encontra aqui presente, porque respeita aos dois Ministérios. Durante este mês 50 alunos vão acabar o seu curso de enfermagem em Chaves. Esta escola não está legalizada, o que significa que ninguém sabe o que vai acontecer a esses alunos que durante três anos investiram na sua formação. O que é que a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde e o Sr. Ministro da Educação pensam fazer para resolver o problema da oficialização da

Escola Superior Dr. Júlio Montalvão Machado, em Chaves?

A última questão prende-se com a acção social escolar. Disse que não havia qualquer tradição, apesar de todos nós sabermos que no passado as bolsas concedidas aos alunos das escolas de enfermagem foram pagas atempadamente. Pagavam-se e isso já era uma tradição. Creio que houve um erro nos serviços que V. Ex.<sup>a</sup> dirige, que não tiveram em atenção esse facto e não contemplaram no Orçamento do Estado verbas para esse efeito. Quando é que vai resolver essa situação? Pergunto isto porque os alunos estão, desde Janeiro, sem receber qualquer verba para esse efeito.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde:** — Sr. Presidente, vou tentar dar uma resposta relativamente abrangente, embora algumas questões sejam coincidentes.

Estou de acordo que são inadequados os atrasos relativos à acção social escolar. São coisas que sucedem contra a nossa própria vontade em relação às situações de transição.

Uma coisa é a tradição do pagamento daquelas bolsas mensais que tinham um valor fixo e outra é ajustar montantes de apoio social escolar de acordo com os critérios do Ministério da Educação, que não eram da prática do Ministério da Saúde. Portanto, não há propriamente uma coincidência entre as duas situações e, por isso, não é fácil considerar que a experiência adquirida é directamente transponível. Na verdade, isso não se verifica!

Quanto ao meu despacho que permite a contratação a termo certo mas que obriga a uma justificação, como sabem ele dirige-se a todas as categorias de profissionais que estejam a receber através de recibos verdes. É absolutamente indispensável que haja uma correcta justificação, até porque os conselhos de administração são responsáveis pela real justificação da contratação das pessoas que propõem para os diferentes lugares, e, nesse sentido, devemos ser informados. Quem decide tem de informar-se sobre qual a correcta justificação dos pedidos, tendo, nomeadamente, em conta a produtividade dos serviços, o aumento da procura a que foram sujeitos e que determina o aumento dos recursos humanos. Penso que a pessoa que tem a responsabilidade de decidir deve ser habilitada com a informação correspondente.

Em relação ao contrato administrativo de provimento — e aqui respondo também ao Sr. Deputado Bernardino Vasconcelos —, levantam-se dúvidas jurídicas sobre o regime excepcional que durante três anos permitiu utilizar essa figura para a contratação de profissionais de enfermagem. Considera-se que, decorrido esse prazo, ele não é directamente transponível por se considerar que se entrou na situação normal do Decreto-Lei n.º 41/84, emitido ao abrigo de uma autorização legislativa. Portanto, se na resolução destas questões jurídicas, que não são pacíficas, a decisão final for no sentido de dar razão a este entendimento isto vai acabar por se virar contra os próprios interessados. Pensamos que é mais prudente ir por esta forma de contratação que acaba por não penalizar as pessoas, uma vez que ela já é de certa forma titulada.

A questão relativa à contagem de tempo de serviço vai ter de ser abordada globalmente em sede de mesa de negociações da Administração Pública, na medida em que é uma situação que não se verifica só com os enfermeiros.

Nos nossos hospitais há muitos auxiliares de acção médica que estão há oito e mais anos numa situação precária, porque sempre que se abrem vagas para essa categoria concorrem pessoas com habilitações literárias superiores que acabam sempre por ocupar os lugares que existem, podendo depois, através do vínculo, progredir na carreira da Administração Pública. As pessoas que efectivamente são auxiliares de acção médica acabam por ficar prejudicadas. Têm ocorrido muitas situações deste género e temos de as tentar corrigir o mais depressa possível.

É por esta razão, de resto, que o pedido solicitado de descongelamento da quota abrange várias categorias profissionais e não apenas os enfermeiros, que são indispensáveis e que é um grupo profissional que tem muitas carências. No entanto, gostava de frisar que há mais carências a nível dos cuidados de saúde primários — o que é preocupante — do que em relação aos cuidados diferenciados. Portanto, a preocupação está em cima da mesa e estamos a tentar resolvê-la através desta estratégia.

Quanto à criação da Associação Pública dos Enfermeiros, já deu entrada na Assembleia da República o respectivo pedido de autorização legislativa e, a solicitação do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, já pedi ao meu gabinete que envie o projecto do decreto-lei para que ele possa ser objecto de uma análise mais pormenorizada por parte de todos os Srs. Deputados.

Quanto ao problema da formação dos enfermeiros e ao da eventual não coincidência da exigência de uma determinada qualidade para todas as escolas de enfermagem, já promovi a realização de uma reunião com todas as escolas de enfermagem, com o Sr. Ministro da Educação e o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior no sentido de compatibilizar a autonomia das escolas e para que todas elas obedecam ao mesmo grau de exigência em termos pedagógicos e em termos de qualidade da formação ministrada.

Independentemente deste diploma que vai criar a Associação Pública de Enfermeiros — e peço que a Assembleia da República conceda ao Governo essa autorização legislativa, porque creio que é indispensável ter um organismo que possa proceder à inscrição obrigatória e ao controlo do exercício desta profissão —, também já está preparado o regulamento do exercício da profissão de enfermagem para permitir «separar o trigo do joio». Cada um destes diplomas já está em fase adiantada de preparação. O relativo à criação da Associação Pública dos Enfermeiros chegou a ser analisado em Conselho de Ministros pelo governo anterior, mas nós já o revimos e tentámos avaliar aquilo que seria o seu ajustamento às correctas pretensões da classe e penso que se chegou a uma formulação equilibrada. Portanto, um destes diplomas depende da Assembleia da República e foi por isso que solicitei a competente autorização legislativa e o outro vai ser objecto de um decreto-lei que vai sair independentemente do outro, condicionando, no entanto, a sua entrada em vigor à aprovação da Associação Pública dos Enfermeiros.

Como a pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro não constava do leque das perguntas que me foram feitas apenas posso dizer-lhe que desconheço essa situação, mas tenho as minhas dúvidas. Em todos os hospitais há efectivamente enfermeiros estagiários a realizar o seu estágio. Agora que eles estejam a ocupar ou a preencher lugares do quadro, desconheço. Posso tentar averiguar se se passa algo de relativamente anómalo e depois eu própria poderei explicar-lhe o que está a acontecer em relação a essa situação.

A questão da fixação do pessoal da periferia é, como o Sr. Deputado sabe, uma questão extremamente complicada e temos de encontrar formas, que já estamos a tentar descobrir, para a fixação do pessoal nessas regiões. Também tenho a noção de que, enquanto houver muitos lugares para preencher e concursos a abrir, por vezes em localidades que são, para as pessoas, por algum motivo, mais atraentes ou atractivas, vai ser um problema de difícil solução.

Penso que, localmente, também deverão ser criadas algumas condições de atractibilidade. Gostaria que, através de uma flexibilização do estatuto de alguns destes estabelecimentos na área da saúde, fosse possível que os próprios conselhos de administração das instituições, ou os órgãos dirigentes no que se refere aos centros de saúde, pudessem, eles próprios, ter alguma autonomia para determinadas medidas que, dentro do equilíbrio da razoabilidade e do bom-senso, permitissem resolver questões que são de extrema importância.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, temos o conforto de ter connosco um grupo de 50 alunos da Escola n.º 205, de Lisboa, um grupo de 100 alunos da Escola Secundária das Olaias, um grupo de 48 alunos da Escola Profissional do Alvito, um grupo de 25 alunos da Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclos, da Póvoa de Santo Adrião, um grupo de 60 alunos da Escola C+S de Abravenses, um grupo de 32 alunos da Escola de 2.º e 3.º Ciclos de Martinho de Castelo Branco, de Portimão. Uma responsabilidade acrescida para o Sr. Ministro da Educação, que terá de responder às próximas duas perguntas.

Saudemos os jovens que nos visitam.

*Aplausos gerais, de pé.*

Para formular a sua pergunta ao Sr. Ministro da Educação, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

**O Sr. José Junqueiro (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro da Educação, ao longo dos anos, especialmente destes últimos anos, foram criadas muitas expectativas em muitos distritos para a criação do ensino superior público — uma afirmação primeira relativa ao ensino superior universitário e uma segunda afirmação relativa ao ensino politécnico, porque, eventualmente, de uma forma completamente errada, se continuava e, de certo modo, ainda se continua a encarar este ensino como menos importante.

Algumas destas instituições foram criadas não em função de uma estratégia realista que, de alguma forma, pudesse viabilizar um serviço público que abrangesse favoravelmente regiões que, ao longo dos anos, foram, no processo de desenvolvimento, sucessivamente adiadas e marginalizadas. Sabemos que a criação destas instituições de ensino superior e das próprias universidades públicas obedeceram muito à capacidade de quem tinha poder para fazer o exercício da influência política acima de outros interesses nacionais, porque uma qualquer universidade é sempre um interesse nacional.

Neste contexto, o País — e uma parte significativa do País, o interior do País — continua à espera da realização de um conjunto de promessas que foram feitas que, de facto, nunca chegaram a bom porto. É evidente que gostaríamos de encarar, de uma forma séria, definitivamente e com realismo, aquilo que será possível fazer para que o interior possa, também ele, ter acesso ao ensino superior público, nomeadamente ao ensino universitário.

Não queremos fazê-lo de uma forma irresponsável, sobretudo quando proposta por aqueles que, ao longo de dez anos, podendo realizar isso mesmo, o não fizeram e, no início desta Legislatura, apresentaram dois projectos de lei para criar uma universidade em Viseu e outra em Bragança. O que pensamos é que há formas de conseguir este desiderato e, sem querer que todas as soluções sejam maximalistas, pensamos que é, eventualmente, possível, sob a forma da contratualização, também, entre o próprio Governo e universidades já instaladas, criar outros pólos de desenvolvimento noutras cidades — faculdades, ensino superior universitário público — sem que, para isso, o Estado possa argumentar com uma impossibilidade de carácter económico.

Nesse sentido, Sr. Ministro, quero perguntar-lhe, muito concretamente, e gostaria que me respondesse com grande sinceridade e grande realismo, qual o plano do Ministério para a implantação de novos centros universitários públicos, nomeadamente no interior do País.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

**O Sr. Ministro da Educação** (Marçal Grilo): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Junqueiro, esta é uma questão que não é simples e que não pode ser tratada com displicência. Percebo a questão que me coloca, mas isto obriga-me a fazer duas ou três reflexões para as quais o tempo de que disponho é, certamente, insuficiente, pelo que vou tentar ser o mais sintético possível. A situação actual merece-nos alguma preocupação, porque o País tem um número crescente de instituições públicas e privadas. Estamos a fazer um grande esforço, neste momento, para consolidar uma série de escolas (digo uma série porque são cerca de onze escolas) no ensino público, todas da parte do ensino politécnico a que atribuímos uma grande importância e que foram estabelecidas pelo governo anterior.

A questão que o Sr. Deputado coloca é outra: no fundo é a de saber se é possível e desejável expandir o ensino universitário público para o interior do País. Penso que é importante que o ensino universitário público cubra, de uma forma equilibrada, o todo nacional, não desprezando, obviamente, o interior; mas o que importa saber é o modelo através do qual nós somos capazes de atingir esse objectivo.

Em Portugal, fizeram-se apenas, até hoje, dois estudos sérios — sérios! — e fundamentados sobre criação de novas instituições: são estudos de 1972/73, que deram origem ao Decreto-Lei n.º 402/73, do Professor Sousa Franco e do Arquitecto José Pedro Martins Barata, e são os do grupo que trabalhou entre 1977 e 1979, que fez a rede do ensino politécnico. São os dois trabalhos mais sérios que conheço em Portugal; não sei se alguém aqui conhecerá mais algum, mas eu só conheço estes. Há hoje uma série de estudos que, do meu ponto de vista, não têm a fundamentação que justifica a criação de instituições de raiz.

Isto não significa que não defenda e não apoie a contratualização de soluções com instituições existentes, mas acho que temos de consolidar as que existem e não propriamente fazermos uma corrida para a frente, em que necessitariímos de uma massa crítica, sobretudo ao nível dos recursos humanos, muito maior. O País tem menos de quatro mil doutorados, Sr. Deputado, como sabe. E, quando

se tem menos de quatro mil doutorados e se tem 270 mil estudantes no ensino superior, algo deve ser repensado no sentido de as instituições, quando são criadas, deverem ter as condições para terem o nível e a qualidade que é exigida a um ensino universitário.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

**O Sr. José Junqueiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, serei breve: apenas quero sublinhar uma parte que me parece ter demonstrado uma abertura importante para aquilo que é uma fonte permanente da minha preocupação — uma preocupação localizada no interior do País, não reivindicadamente apenas numa única zona mas para um vasto interior. O que gostaria de saber é se, de facto, pude perceber que há uma porta aberta para um modelo que viabilize, em localidades entre as quais aquelas que mencionei há pouco, a instalação de um ensino superior universitário público.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

**O Sr. José Cesário** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, o Sr. Deputado José Junqueiro pediu socorro e V. Ex.<sup>a</sup> veio em sua ajuda, mas deixou-o ainda em pior situação do que já estava — geraram expectativas no passado e agora não conseguem satisfazê-las. O Sr. Deputado sugere a criação, em Viseu, de uma escola ou de um departamento subordinado a outra instituição do ensino superior universitário. Contraponto-lhe outra sugestão, Sr. Ministro: conhecendo as declarações que, recentemente, V. Ex.<sup>a</sup> proferiu ao Presidente da Câmara de Viseu, creio que a melhor forma de fazer a regionalização (e não, porventura, com invenções recentes de quem quer precipitar factos que nada têm a ver com a realidade do País) é através da criação, em Viseu e noutras pontos do interior em que há necessidade objectiva de ensino universitário público, de escolas universitárias não integradas em universidades.

Gostaria de saber aquilo que o Sr. Ministro da Educação tem a dizer sobre isto.

de qualquer modo, quero recordar, tanto a esta Câmara como ao Sr. Ministro, que existe aqui — e sobre ela têm de se pronunciar — uma iniciativa legislativa no sentido da criação de novas universidades, quer em Viseu quer em Bragança.

**O Sr. Presidente:** — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

**O Sr. José Junqueiro** (PS): — Sr. Presidente, gosto de esclarecer que, quando, há pouco, me referi a iniciativas legislativas, referia-me concretamente ao projecto do PSD, posto nesta Assembleia pelo Sr. Deputado, José Cesário, que não conseguiu fazê-lo durante dez anos de maioria absoluta do PSD e o fez no primeiro dia desta Legislatura.

**O Sr. Presidente:** — Fica registada a sua declaração. Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

**O Sr. José Cesário** (PSD): — Sr. Presidente, muito brevemente, quero interpelar a Mesa no sentido de me

dizer se, contrariamente àquilo que se dizia lá fora, ao longo de todos estes anos, alguma vez o PS, hoje ou no passado, nalguma legislatura anterior, aqui apresentou qualquer iniciativa legislativa no sentido de dar satisfação à criação daquilo que defendia lá fora, que era a universidade de Viseu.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, está a confundir o Presidente da Assembleia com o *Diário*.

Risos..

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, querosolicitar-lhe que clarifique a sua posição nesta matéria, porque creio que a interpretação que o Sr. Deputado José Junqueiro acabou de fazer da intervenção do Sr. Ministro não é bem aquela que eu percebi — o Sr. Deputado José Junqueiro diz que vislumbrou uma abertura e eu não vislumbrei! Creio que, se a abertura existe, nem uma chave consegue caber nessa pequena abertura que o Sr. Deputado vislumbrou.

Compreendo a deceção do Sr. Deputado José Junqueiro: para quem fez campanha eleitoral tendo como uma das fortes bandeiras a criação de uma universidade pública em Viseu, imagino que fique com alguma deceção perante esta intervenção do Sr. Ministro, alegando ponderação. Só é pena que a suposta ponderação só venha agora e que ela não se tenha verificado durante a campanha eleitoral.

Creio que a necessidade da existência de estabelecimentos do ensino superior público universitário numa região como a de Viseu é uma reivindicação justa e justificada das respectivas populações; aliás, a nível da região, existe um largo consenso sobre isso. O próprio PS fez toda a sua campanha eleitoral para as legislativas prometendo que, se fosse governo, isso seria uma realidade e agora creio que há, de facto, motivo de deceção quer para o Sr. Deputado José Junqueiro quer para os eleitores que votaram no PS, em Viseu.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

**O Sr. António Braga (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, duas breves perguntas: a primeira tem a ver com o facto de a criação dos institutos superiores politécnicos ter ocorrido nesta Assembleia da República com largo consenso na aprovação da sua lei de autonomia, como o Sr. Ministro bem sabe; quando aprovámos essa lei, defendímos não só a sua instalação, no sentido de colaborar no desenvolvimento das regiões e adequar-se, por isso, a cada região, mas também para a manutenção do seu estatuto enquanto instituto superior politécnico, com a virtualidade de poder contribuir na formação de quadros intermédios e outros para a região.

Hoje assiste-se a alguma opinião no sentido de fazer a evolução dos institutos politécnicos para o ensino universitário puro, no sentido de criar universidades ou de transformar muitos deles em universidades. A este respeito, gostaria de conhecer qual é a posição do Ministério.

Em segundo lugar, sobre a questão da avaliação que tem sido feita ao ensino superior privado — e sabemos que no passado foram feitas algumas avaliações, há dados sobre isso —, nós subscrevemos a ideia de rigor e de

qualidade que deve ser insistentemente mantida nessas instituições, pelo que também gostaria de conhecer a posição do Ministério actual sobre essa avaliação. E qual será o futuro das instituições que, quer na qualidade quer no rigor, não correspondam aos padrões exigidos?

**O Sr. Presidente:** — A palavra ao Sr. Deputado Jorge Roque Cunha.

**O Sr. Jorge Roque Cunha (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Instituto Superior de Tecnologia e Gestão da Beira Litoral, criado pelo Decreto-Lei n.º 304/94, viu-se dotado este ano, em PIDDAC, com uma verba de 600 mil contos para o seu polo de Águeda, assim se dando concretização a uma aspiração antiga e a um conjunto de negociações, nomeadamente em relação às suas instalações.

Todavia, já estamos no mês de Maio e, não havendo nomeação da respectiva comissão instaladora, podem criar-se as condições objectivas para que não seja possível concretizar tão breve quanto seria desejável esta aspiração da população da região e daí a minha pergunta: para quando essa nomeação? Para quando o início da aplicação das verbas do PIDDAC?

**O Sr. Presidente:** — A palavra ao Sr. Deputado Henrique Neto.

**O Sr. Henrique Neto (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, como sabe, Leiria é economicamente uma zona das mais dinâmicas do nosso país, tem todas as condições para ser uma zona de excelência industrial com um nível ímpar em Portugal, mas tem grandes carencias a nível do ensino universitário. Além do mais, esta situação é agravada pelo facto do Instituto Politécnico de Leiria não cumprir minimamente os seus objectivos e ser uma instituição de avaliação dirigida de acordo com o princípio da seleção dos piores sem nenhuma ligação à indústria da região, que, aliás, reclama que o Instituto Politécnico cumpra a sua função, nomeadamente, através de uma ligação eficaz à referida indústria.

A minha pergunta é a seguinte: em relação aos politécnicos, para quando algumas soluções de direcção mais inovadoras, nomeadamente, fazendo participar nas suas direcções a sociedade das regiões onde eles estão inseridos?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — A palavra ao Sr. Deputado Carlos Coelho.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Sr. Presidente, estamos perante uma grande perplexidade e um grande embarraco por parte do Partido Socialista. O PS promete uma coisa na campanha eleitoral; o Sr. Deputado José Junqueiro fica muito incomodado quando quem traduz na prática essa promessa são os Deputados do Partido Social Democrata pelo círculo de Viseu, que apresentam um projecto de lei correspondente; o Sr. Deputado José Junqueiro faz um conjunto de apreciações negativas sobre a actual rede das escolas do ensino superior; o Sr. Ministro refere essa rede de uma forma positiva; o Sr. Deputado José Junqueiro diz que foi a influência política, em lugar do interesse nacional, que levou hoje a que, em todos os distritos, exista ensino superior público universitário ou politécnico.

Recordamos que há pouco mais de 10 anos havia apenas ensino superior em Lisboa, Porto e Coimbra e que hoje

a realidade já não é essa. Mas, pelos vistos, essa situação é criticada tão severa e tão incompreensivelmente nesta Câmara pelo Sr. Deputado José Junqueiro que o leva mesmo ao ponto de considerar irresponsáveis algumas iniciativas legislativas.

Bem vê, Sr. Presidente, que só posso fazer uma pergunta ao Sr. Ministro da Educação. Depois deste grande embaraço para o Sr. Deputado José Junqueiro, na sua segunda intervenção, não há qualquer resposta que possa dar alguma satisfação a esta grande decepção do Sr. Deputado José Junqueiro?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — A palavra ao Sr. Deputado António Martinho.

**O Sr. António Martinho (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, o PSD está nervoso...

*Risos do PSD.*

... porque não teve políticas para este sector que satisfizessem, por um lado, as necessidades, os desejos e os direitos das populações e, por outro, fossem de encontro ou tivessem em consideração os meios.

Sr. Ministro, temos consciência de que os meios não são infindos, que é preciso racionalizá-los, temos consciência também que hoje, a partir do dia 2 de Maio, já nada se pode planear neste país sem ter em conta uma realidade: a das regiões.

**O Sr. António Braga (PS):** — Bem lembrado!

**O Orador:** — Portanto, também a planificação do ensino superior tem de ser feita numa perspectiva regional. A esta *nuance* dos novos centros quero trazer na minha breve pergunta uma outra reflexão que é a das extensões das universidades existentes.

De facto, a região de Trás-os-Montes deu um exemplo quando há bem pouco tempo propôs que, em vez de universidades em todos os distritos, houvesse extensões das universidades existentes e que, em vez de politecnicos em todos os distritos, houvesse extensões dos mesmos.

**O Sr. José Cesário (PSD):** — Com a regionalização acabaram os distritos, no dia 2 de Maio!

**O Orador:** — Sr. Ministro, que reflexões, que conclusões e que medidas neste sentido?

**O Sr. Presidente:** — A palavra ao Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho

**O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, coloco-lhe a seguinte questão que decorre das suas palavras relativamente a trabalhos sérios de estudo sobre o ensino superior, universitário e politécnico, e em que fez referência a estudos de 1972 e 1973, 1977 e 1979.

Quero recordar, e por isso também peço a sua opinião sobre essa matéria, que foi preparado pelo anterior governo — penso que este Governo poderá eventualmente alterar essa proposta que ainda está em cima da mesa — o programa regional de ordenamento do território da Área Metropolitana de Lisboa. Documentos que foram trabalhados a nível de vários sectores, nomeadamente na área

educativa, previam a criação ou a expansão da rede do politécnico na Área Metropolitana de Lisboa prevendo um conjunto de novos institutos politécnicos, três, creio, um oriental, um ocidental e outro na margem sul.

Sr. Ministro, estes estudos foram feitos com membros do Governo, com os serviços do Estado na área da educação e certamente correspondem a uma análise profunda e seria no âmbito da expansão da rede do politécnico na área da Grande Lisboa e daí a minha pergunta: Qual é a sua receptividade para dar continuidade a esta particular necessidade de resposta do ensino politécnico na área da Grande Lisboa?

**O Sr. Presidente:** — A palavra ao Sr. Ministro pelo tempo limite de 10 minutos.

**O Sr. Ministro da Educação:** — Sr. Presidente, as perguntas são muitas, o tempo é relativamente curto, vou ser o mais conciso possível.

Pairou aqui, digamos, a ideia de que eu não estaria a conceder nenhuma abertura à criação de pólos universitários públicos no interior do País. Seria muito irresponsável da minha parte que eu, como ministro, me colocasse numa posição de negativa frontal a uma matéria destas. Portanto, Sr. Deputado, da parte do Ministério da Educação, há uma abertura para que esta matéria possa ser discutida.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Uma boa notícia para o Sr. Deputado José Cesário.

**O Orador:** — Esta matéria de criação de instituições não é uma matéria para se brincar, é uma matéria séria.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E, como é uma matéria séria, exige alguma reflexão e, por conseguinte, habituei-me a estudar as matérias e não propriamente a fazer delas apenas um *show off*.

Sr. Deputado Carlos Coelho, já sou velho, o Sr. Deputado é muito novo, apesar de não ter cabelo...

*Risos .*

...e eu ter, pelo que lhe posso dizer que há 10 anos a situação era manifestamente diferente daquela que descrevi. O ensino superior foi posto no interior do País muito antes de 1985.

**O Sr. António Braga (PS):** — Bem lembrado!

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Há 10 anos!

**O Orador:** — Sr. Deputado, dá-me licença que seja claro? Conheço este processo mês a mês. O primeiro lançamento que se fez do politécnico é de 1979.

**O Sr. António Braga (PS):** — Exactamente.

**O Orador:** — Esta prioridade felizmente foi assumida, sempre, até hoje, pois o politécnico é duma importância enorme e há 10 anos o País já estava razoavelmente coberto.

Assim, permito-me apenas dizer que se há da parte deste Governo alguma cautela é no sentido de não fazer-

mos uma corrida para a frente em termos de novas instituições. Temos de contratarizar soluções e a questão colocada pelo Sr. Deputado António Martinho parece-me muito relevante. Peço à Câmara que a pondere, porque hoje existem instituições que têm um carácter meramente pontual, têm uma influência muito ao nível da cidade e nós precisamos que algumas dessas instituições se coloquem numa lógica regional. Vou dar três exemplos. É o caso dos politécnicos de Bragança, Viseu e Castelo Branco que não devem ser os politécnicos, respectivamente, de Bragança, Viseu e Castelo Branco mas politécnicos que cubram toda a região e que se articulem com o ensino universitário.

É fundamental que encontremos algumas soluções para que ao nível regional os institutos politécnicos ganhem carácter regional conjuntamente com as universidades e que se articulem entre eles.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Há, depois, uma outra questão, que foi aqui referida e que suponho ter muito a ver com a pergunta do Sr. Deputado Henrique Neto, que é sobre a valorização do politécnico. Não é apenas a forma de direção, administração e gestão das instituições que deve ser revista, é a própria valorização institucional do ensino politécnico. O Governo tenciona, em breve, apresentar à Câmara algumas propostas no sentido da valorização efectiva do ensino politécnico, quer ao nível dos processos de gestão quer ao nível dos próprios graus e diplomas do ensino superior politécnico.

Sr. Deputado Jorge Roque Cunha, estão em razoável andamento os trabalhos para consolidar a instituição que referiu, sobretudo a de Águeda e que vai ter uma solução já articulada com a Universidade de Aveiro. Estamos neste momento, como sabe, numa negociação com o Exército para podermos ter, tão rapidamente quanto possível, o edifício disponível. Essa é uma prioridade que este Governo assume.

Em relação à questão posta pelo Sr. Deputado António Filipe responder-lhe-ia assim. Certamente poderia ter dado uma abertura muito maior a esta questão mas sou ponderado nesta matéria e não seria responsável da minha parte dizer que não deve haver ensino superior público universitário no interior porque deve haver, se bem que as soluções possam não passar pela criação dumha instituição de raiz. Portanto, não me parece que isto inviabilize a posição aqui assumida pelo Sr. Deputado José Junqueiro.

Quanto às questões do Sr. Deputado António Braga, acho que o risco de transformação dos institutos politécnicos em universidades é real. Faço votos que haja o bom senso para manter os institutos politécnicos com a sua vocação no sentido de cumprirem o papel para que foram desenhados. Certamente com pequenos ajustamentos, com a correcção de algumas assimetrias e até com a tal valorização institucional que o ensino politécnico deve ter, mas seria bastante mal, caminharíamos numa linha de alguma perversão, se transformássemos os nossos institutos politécnicos em ensino universitário, sobretudo por uma razão.

É que nós, hoje, estamos num espaço em que as novas hierarquias ao nível do ensino superior são de carácter europeu e não nacional, os padrões, os *standard*, não estão cá dentro mas nos 15 Países. Se criarmos um sistema com esta perversão tornar-nos-emos num país ímpar em termos europeus, o que, certamente, nos será muito

negativo As experiências que os ingleses têm, nos últimos anos, mostra o quão negativo foi a medida que tomaram e eles têm um avanço muito grande relativamente a nós.

Sobre a avaliação do privado, não há propriamente avaliações científicas; há, isso sim, muitas inspecções, foram feitos muitos trabalhos sobre o privado e, sobretudo, sobre os pedidos que estão no Ministério e sobre algumas instituições que estão a funcionar indevidamente. É uma lista imensa, aliás tenciono, em breve, trazer à Comissão de Educação, Ciência e Cultura esta situação que nos preocupa porque o nosso grande objectivo, como tive ocasião de dizer na última vez que cá estive, é o de consolidar um ensino superior particular e cooperativo sério, credibilizado em que a população possa acreditar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Penso que isto é absolutamente essencial e é um trabalho que não envolve apenas o Ministério, o Ministro ou o próprio Governo mas também esta Câmara. Aliás, devo dizer que virei aqui fazer um apelo no sentido de que esta matéria, no âmbito do pacto educativo, constitua uma prioridade para que a população perceba que tem um ensino credibilizado e creditado pelo próprio Estado.

**O Sr. António Braga (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sobre a criação dos politécnicos na região de Lisboa, penso que é uma matéria em que devemos continuar a ter alguma ponderação. Digo-lhe, Sr. Deputado, que tenho algum receio pela criação de instituições, se não forem feitos estudos mais aprofundados. Compreendo os estudos que foram feitos pelos Ministros e pelos Srs. Secretários de Estado dos diversos governos, mas há hoje uma necessidade de racionalizar particularmente bem os meios que temos à disposição da educação e do ensino superior e a criação de novas instituições deve ser muito bem justificada. Não vi ainda, no trabalho que enunciou, uma razão funda para o desdobramento do Instituto Politécnico de Lisboa criando pólos diversificados.

Numa cidade e numa região metropolitana tão complexa como é a de Lisboa, há, hoje, a necessidade de encontrar soluções diversificadas e necessariamente adaptadas a cada uma das necessidades das sub-regiões que aqui integram. Há algumas iniciativas que não podemos desprezar, como é o caso do TAGUS PARK, uma iniciativa de monta sobre a qual importa ter igualmente algum cuidado, sobretudo não ao nível do politécnico mas do ensino universitário, mas, em relação a uma «luz verde» para andamento destes novos politécnicos, o Governo vai ser particularmente cauteloso.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Ministro, nomeadamente pelo rigor posto no respeito pelos tempos.

Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro da Educação sobre o Protocolo com a Universidade Aberta para complemento de habilitações para professores com habitação suficiente, tem a palavra o Sr. Deputado Gavino Paixão.

**O Sr. Gavino Paixão (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Durante anos e anos, muitas escolas deste país funcionaram, e só assim poderia acontecer, com milhares de professores provisóri-

os. Posso recordar, Sr. Ministro, que conheci várias escolas, nomeadamente no distrito de Beja, em que apenas o presidente do conselho directivo fazia parte do quadro, todos os outros professores eram provisórios.

A preocupação dos diversos governos do PSD que passaram pelo Ministério da Educação foi a de, em relação a esses professores provisórios, retirar-lhes, por exemplo, o salário no mês de Setembro. Ou seja, não basta um professor estar colocado, por vezes, a centenas de quilómetros de casa como também não recebem o salário durante o mês de Setembro, visto que, na altura, os contratos passaram a findar a 31 de Agosto.

Além disso, também o salário desses professores provisórios eram congelados a nível de índices, ou seja, não passavam de determinado índice, pelo que os salários não aumentavam ao longo dos anos.

Preocupado, em certa altura — e só por acaso essa preocupação coincidiu com as eleições europeias! —, o Ministério da Educação estabeleceu, então, um protocolo com a Universidade Aberta para que, obedecendo a determinados requisitos, professores provisórios pudessem completar as suas habilitações. Aqueles que preenchiam os requisitos inscreveram-se na Universidade Aberta e passados poucos meses, e depois de alguma espera para que os cursos começassem a funcionar, receberam do Ministério da Educação e da Universidade Aberta uma carta em que se informava que, independentemente de terminarem o curso, independentemente de completarem as habilitações, o Ministério da Educação não lhes garantia o acesso à carreira docente.

Gostava, pois, de perguntar ao Sr. Ministro da Educação em que ponto estamos neste momento em relação a este assunto e, se for possível, saber quais as preocupações do seu Ministério e o que pensa fazer em relação a esse problema gravíssimo dos professores provisórios.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, que dispõe de três minutos.

**O Sr. Ministro da Educação:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Gavino Paixão, esta é uma questão muito técnica mas que, pela sua importância, irei responder.

Como sabe, este processo de formação dos professores que tinham apenas habilitação suficiente e que se encontravam vinculados ao Ministério da Educação constituiu um processo com algumas interrupções e com alguns hiatos, o maior dos quais é de 1979 e 1989. Como sabe, há uma lei de 14 de Setembro de 1979, em que se legislou sobre o completamento das habilitações, mas só em 11 de Outubro de 1989 é que se veio a regulamentar a lei de 1979.

Esta matéria levou não propriamente à assinatura de um protocolo mas a um acordo com a Universidade Aberta, que tem como objectivo o desenvolvimento, pela Universidade, de um conjunto de cursos de completamento de habilitações que se iniciaram em meados de 1995. Isto incidiu, sobretudo, no português, no francês, na matemática, na biologia e na educação visual.

Para encerrar e ir directo à sua pergunta, direi que a situação actual é a seguinte: foi assinado um despacho conjunto entre o Secretário de Estado da Administração Educativa e a Secretaria de Estado da Educação e Inovação para que, a partir do próximo dia 1 de Setembro, estes cursos de completamento de habilitações, feitos ao abrigo do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 344/89, sejam conduzidos de acordo com umas regras que são a redução

das seis horas lectivas semanais ou em regime presencial com as quatro horas ou quando o curso for realizado em regime de formação à distância apenas com um número menor.

Esta acção de formação vai desenvolver-se em termos de manuais, de materiais vídeo, de televisão que vai realizar-se ao sábado de manhã e, ainda, através de uma componente em universidades com ensino presencial. Em qualquer destas circunstâncias, o docente deverá sempre participar nas sessões promovidas pelas instituições de ensino superior.

O que esperamos é que estes professores, após a obtenção das habilitações, possam ser integrados nos quadros de zona pedagógica ou no quadro dos supranumerários nas escolas onde prestam serviço, fazendo-se, depois, a extinção do lugar quando ele vagar. Está envolvido nisto um número muito específico de professores. Aliás, a solução proposta já foi adoptada com sucesso para resolver problemas na Região Autónoma da Madeira.

Há, depois, uma questão um pouco mais complexa, que é a dos docentes que não obtêm as habilitações e que esperamos possam vir a integrar-se na carreira técnica da função pública.

É o que temos como objectivo.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Gavino Paixão, dispondo de dois minutos.

**O Sr. Gavino Paixão (PS):** — Sr. Presidente, penso que não vou necessitar dos dois minutos.

Quero apenas dizer ao Sr. Ministro que fico muito satisfeito com essa série de medidas que o Ministério pensa tomar já no próximo ano lectivo, creio, para, de uma vez por todas, encararmos esse grave problema com o respeito que ele merece.

Agradeço, pois, as medidas aqui anunciadas pelo Sr. Ministro.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

**O Sr. António Braga (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, vou colocar três perguntas muito breves.

Primeira, no que se refere à licenciatura em ensino de educação tecnológica, que recentemente o Ministério formalizou com a Universidade Aberta e que foi aprovada no conselho pedagógico na passada quarta-feira, em minha opinião, as condições de acesso são um pouco redutoras, nomeadamente podendo excluir os professores de educação tecnológica que lecionaram áreas específicas como electricidade, mecânica, etc. Pergunto se o Ministério tem em atenção esta situação para, antes da aprovação no Senado, poder alterar estas condições de acesso a fim de permitir que todos estes professores sejam abrangidos.

A segunda questão tem a ver com o complemento de formação em relação aos professores de educação tecnológica. Como o Sr. Ministro sabe, há neste momento no sistema educativo um conjunto bastante significativo de professores, à volta de 1000, que, dadas as limitações próprias da idade e um conjunto de outras circunstâncias, terão dificuldade em fazer uma licenciatura de raiz para poderem passar do nível 2 em termos de vencimento. Pergunto, se se prevê — não neste protocolo porque percebo que é uma questão de licenciatura — alguma colaboração com a Universidade Aberta no sentido de dar um complemen-

to de formação a estes professores justamente para que eles adquiram uma habilitação conjugada com aquela que transportam, sendo, como todos reconhecemos, em muitos casos suficiente para permitir o seu progresso na carreira docente.

**O Sr. Presidente:** — Terminou o tempo, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Se o Sr. Presidente me permite, a última questão tem a ver com uma crítica feita a este currículo, que é a ausência de um conjunto de práticas pedagógicas no domínio, nomeadamente, da experimentação técnica e tecnológica que os professores, na sua maioria, têm bem experimentado.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Correia da Silva.

**O Sr. Nuno Correia da Silva (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, a pergunta que gostava de colocar tem a ver com a proliferação de estabelecimentos de ensino superior público, questão que já foi aqui referida.

Penso que estamos a entrar num período crítico, que é o período pré-electoral para as eleições autárquicas, porque passou a fazer parte, e felizmente, dos programas e das promessas de todos os autarcas por este país levar um estabelecimento do ensino superior para o seu concelho. Como é natural, esta proliferação de estabelecimentos de ensino superior raramente ou quase nunca foi acompanhada da devida qualidade pedagógica, das exigências pedagógicas que devem ser requeridas a um estabelecimento de ensino superior.

Estamos, de facto, a entrar num período crítico porque as próximas eleições estão a aproximar-se, e falo horizontalmente, ou seja, não estou a referir-me ao partido A ou ao partido B mas aos autarcas de todos os partidos.

Pergunto, pois, se o Ministério está sensibilizado para este problema que é muito sério, porque...

**O Sr. Presidente:** — Terminou o tempo, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Peço desculpa, Sr. Presidente. Vou terminar rapidamente.

Como estava a dizer, pergunto se o Ministério está sensibilizado para este problema que é muito sério, porque os autarcas e os municípios cedem terrenos, cedem instalações a universidades privadas que se instalaram nesses concelhos mas não levam para lá os professores com as qualificações suficientes para que os cursos tenham a dignidade devida.

O Ministério dispõe neste momento de uma rede de fiscalização para impedir estes abusos e esta proliferação?

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Mesquita.

**A Sr.<sup>a</sup> Luísa Mesquita (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, começo por pedir-lhe que nos dê hoje a honra de responder às questões que vamos colocar e que não aconteça o mesmo de há 15 dias, que não conseguimos obter uma única resposta do Sr. Ministro relativamente ao conjunto de questões que colocámos no que

respeita quer ao términos do 12.º ano, quer ao acesso ao ensino superior.

Desde já, os nossos agradecimentos, se a resposta for positiva.

Sabemos que as relações entre o Ministério da Educação, quer o anterior, quer o actual, e a Universidade Aberta não têm, de modo algum, sido excelentes. E esse facto tem determinado a vida dos professores provisórios, que estão dependentes dessas mesmas relações para poderem completar as suas habilitações. Apesar da sua disponibilidade e do seu interesse para esse mesmo completamento, não o conseguem concretizar, em virtude do incumprimento de alguns compromissos assumidos por protocolos, como todos sabemos. Claro que não são apenas os professores os atingidos, provavelmente o mais grave e fundamental da questão é que é a eficácia e a qualidade do sistema educativo que estão em causa.

A primeira questão concreta que lhe queremos colocar, Sr. Ministro, é a seguinte: a Universidade Aberta, já *per si*, como todos sabemos, não tem a funcionar todos os blocos disciplinares que possam responder à totalidade do completamento das habilitações por parte dos professores provisórios.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira terminar.

**A Oradora:** — Termino já, Sr. Presidente.

A verdade é que, em concreto, quanto ao caso da disciplina de matemática, está neste momento a chegar o apoio aos professores, quando os exames vão efectuar-se em Junho. A resposta da Universidade Aberta é a de que não tem condições monetárias e financeiras, não tem verbas disponíveis para responder às necessidades de formação.

Outra questão é esta:...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, já não dispõe de tempo.

**A Oradora:** — É só para terminar.

Como é que o seu Ministério vê a necessidade de esses mesmos professores, para completarem as suas habilitações, poderem ter uma redução de horário, não exercendo a actividade lectiva a 100%, enquanto complementam as suas habilitações?

**O Sr. Presidente:** — Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, sem nos quedarmos nos detalhes, parece-nos adequada a forma anunciada pelo Sr. Ministro para a resolução deste problema. Há um compromisso do Estado com perto de 400 pessoas que têm vínculo ao Ministério para favorecer o completamento das suas habilitações. Assim, tenho apenas duas questões a colocar-lhe.

A primeira é se o Sr. Ministro está em condições de nos dizer quais são as instituições de ensino superior com as quais o Governo vai colaborar directamente, de forma a permitir a esses professores vinculados ao sistema o completamento das suas habilitações.

A segunda é se o Sr. Ministro é ou não de opinião de que se tem de ser firme, ao evitar que essas instituições sucumbam à tentação de vender os cursos especiais para essas pessoas a outros universos, configurando uma situação em que teríamos licenciaturas de curtíssima duração a

habilitar agentes para a docência. O Sr. Ministro sabe ao que estou a referir-me e conviria, na nossa opinião, tornar claro que essa não pode ser uma via de criação artificial de licenciaturas de curta duração.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação. Dispõe de 10 minutos.

**O Sr. Ministro da Educação:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Mesquita, vou começar exactamente por lhe responder para depois não ser acusado de não o fazer.

Apercebi-me apenas de duas questões: uma relativa às verbas, outra relativa ao horário.

Quanto às verbas, em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que temos excelentes relações com a Universidade Aberta, com a qual assinámos, há cerca de três semanas, um protocolo para que esta represente o Ministério da Educação numa relação externa do País da maior importância, que é a rede ibero-americana de televisão.

É evidente que não foi possível resolver directamente a questão das verbas durante o ano de 1996, dado que a Universidade Aberta tem, como sabe, um programa muito expandido e ambicioso, que não é possível satisfazer inteiramente. Nós temos contratualizado com a Universidade Aberta várias acções e uma delas é esta da formação dos professores. Certamente que esta contratualização irá passar, nos próximos anos, por alguma abertura orçamental, de modo a darmos melhores condições de funcionamento à Universidade Aberta.

Por acaso, conheço bem a essa Universidade porque durante muitos anos dei aí um seminário sobre cooperação internacional, pelo que estou à vontade para dizer isto.

No que toca à redução do horário, está prevista no despacho que vai ser assinado entre o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins e a Dr.<sup>a</sup> Ana Benavente uma redução de quatro ou seis horas lectivas semanais, consoante o curso seja ou não feito à distância.

Em minha opinião, este despacho, que entra em vigor no dia 1 de Setembro, poderá, em certa medida, simplificar a vida aos professores.

Sr. Deputado Carlos Coelho, o universo que está em causa abrange 350 professores. Concordo com o que diz em relação à possibilidade perversa de as instituições avançarem para formações muito curtas, que sejam consideradas como licenciaturas, o que introduz uma perturbação no sistema. Não penso que esse seja um caminho que deva ser trilhado. No entanto, uma coisa é o que as universidades querem fazer, outra é o que nós creditamos ao que elas fazem. O Ministério não interfere nas universidades, porque estas são autónomas, mas reserva-se o direito de creditar ou não essas formações e, portanto, há necessidade de um diálogo prévio quanto a estas matérias.

Sr. Deputado Nuno Correia da Silva, estamos particularmente sensibilizados para a matéria que referiu, sobretudo pelas razões que invocou.

Não sei se o Sr. Deputado prestou atenção à intervenção que fiz anteriormente, mas referi o risco que corremos ao haver uma transformação precipitada de institutos politécnicos em universidades ou ao criar instituições de raiz para as quais o País não está preparado. Ora, o País não está preparado porque não se fazem doutores, não se faz corpo docente com uma varinha de condão. O País tem menos de 4000 doutorados e tem 270 000 estudantes. Se os Srs. Deputados fizerem as contas, verificarão que estes rácios — como se diz agora — são muito desfavoráveis à qualidade do ensino.

Assim, há que ser muito ponderado a este respeito. O Sr. Deputado poderá ter a certeza de que o Ministério vai ser muito ponderado e muito realista nesta matéria.

Quanto às universidades privadas, há universidades privadas e universidades privadas, tal como há universidades públicas e universidades públicas. Eu não divido as universidades entre públicas e privadas, dizendo que as públicas são boas e as privadas não o são. Isto não é verdade. Há universidades privadas de magnífica qualidade, com cursos muito bem estudados, com um corpo docente muito qualificado, e temos de consolidar este ensino. Isto funciona um pouco como a moeda: a moeda má expulsa a moeda boa.

Portanto, temos de ter algum cuidado e estou muito ciente dos riscos que corremos nesta matéria.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Deputado António Braga, a educação tecnológica é uma questão que nos preocupa particularmente. Preocupa-nos em termos curriculares, em termos do peso que ela tem ou não nos *curricula*, prendendo-se, obviamente, com a formação do corpo docente para a educação tecnológica.

Há aqui uma discussão a fazer e penso que o Parlamento, mais particularmente a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, poderá fazê-la. Estou disponível para participar nesse debate, que julgo extremamente importante, pois creio que essa Comissão também está preocupada com a questão de sabermos que educação tecnológica devemos ter, sobretudo na escolaridade obrigatória. Em minha opinião, poderíamos ver aí como devem ser feitos os complementamentos de formação ou a adaptação de professores para leccionarem essas matérias.

Temos uma grande abertura para as alterações que o Sr. Deputado referiu, pelo que não penso que venhamos a ter problemas com a educação tecnológica. Em minha opinião, valeria a pena fazermos um esforço grande para nos concentrarmos no que queremos da educação tecnológica. Hoje, não basta saber três, quatro ou cinco tecnologias, é preciso ter uma cultura tecnológica. E esta não resulta exclusivamente da aprendizagem de uma, duas ou três técnicas específicas. Esta é uma matéria em que temos de nos pôr de acordo, pois é um dos pontos que incluímos no pacto educativo para o futuro, porque é absolutamente essencial para consolidar a formação de base dos jovens portugueses tal como entendo que ela deve ser.

Sr. Presidente, penso que terei respondido a todas as perguntas colocadas.

**O Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural pede o assentimento da Assembleia para que a sua resposta, que é a nona, passe para o lugar imediato, uma vez que tem de se ausentar para o Alentejo, a fim de assinar um protocolo, para o que tem hora marcada. Se ninguém se opuser, passamos a essa pergunta.

Assim, para, em nome do CDS-PP, formular a pergunta sobre quais as medidas práticas e não meramente legislativas que o Governo tomou para fiscalizar a passagem de animais pelas fronteiras portuguesas, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Santo.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Santo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A pergunta que vou formular ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do

Desenvolvimento Rural está relacionada com um grave problema que afecta a economia portuguesa e, em especial, o sector agrícola e pecuário, que é precisamente a falta de fiscalização administrativa e física dos produtos agrícolas e pecuários que entram diariamente em Portugal.

O nosso país tornou-se num autêntico «passador de malha larga», onde tudo entra sem fiscalização. Os agricultores, os pescadores e os agentes económicos, de um modo geral, queixam-se deste grave flagelo.

O Partido Popular tem conhecimento de que ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas e à Assembleia da República têm chegado diversos pedidos de ajuda e denúncia desta situação. Sabemos também que o Instituto da Vinha e do Vinho apresentou uma queixa junto das autoridades comunitárias competentes, uma vez que análises efectuadas demonstram que entra em Portugal vinho não proveniente de cepas da Europa, havendo fortes suspeitas de que grande parte dele é trazido da Argentina para Espanha e Portugal. Enquanto isso, os nossos vitivinicultores viram baixar brutalmente, nos últimos meses, o preço do vinho fabricado em Portugal.

Por outro lado, vivemos presentemente, consumidores e produtores, o drama da chamada «doença das vacas loucas». Todavia, vários órgãos de comunicação social demonstraram recentemente ao País que, ao contrário do despacho conjunto de 21 de Março, é fácil introduzir animais nas nossas fronteiras sem que nada nem ninguém o impeça.

No momento em que abatemos as nossas vacas eventualmente afectadas, se não fiscalizarmos as nossas fronteiras, de que adianta a execução desse plano?

Posto isto, Sr. Secretário de Estado, a pergunta que lhe queremos fazer, muito concreta, é a seguinte: volvidos seis meses de governação, quais as medidas práticas, concretas e não meramente legislativas que o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas já tomou para combater esta falta de fiscalização das nossas fronteiras, um problema que, como se sabe, é a principal preocupação dos nossos agricultores, do nosso sector pecuário?

Gostaria também de saber, em concreto, o que já fez o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas quanto à queixa, que me parece muito grave, apresentada pelo Instituto da Vinha e do Vinho e que se reporta a uma situação que põe em causa um sector tão importante da nossa economia como o vinícola, que está a ficar gravemente afectado.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

**O Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Capoulas Santos):** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer a amabilidade da Câmara e da Mesa em acederem à alteração da ordem das perguntas nesta sessão.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Santo, suponho que tem conhecimento de que o mercado único teve início em 1993 e a partir de Abril se passou a aplicar aos produtos agrícolas. Penso que conhece, ainda que a sua intervenção pareça demonstrar o contrário, as directivas que regulam o trânsito intracomunitário de produtos agrícolas e de origem animal, designadamente as directivas relativas aos animais vivos, aos produtos animais — o sémen, os ovos, as vacinas — e aos produtos de origem animal, como a carne e o pescado, entre outros. E sabe certamente também como são efectuados os controlos. Isto é, hoje, na Europa sem

fronteiras, a certificação é feita na origem e cada «importador», chamemos-lhe assim, cada operador, tem de comunicar quando importa ou recebe produtos de um Estado membro com 24 horas de antecedência, comunicação essa que, no caso concreto dos produtos agrícolas, é feita ao IPA, que é a autoridade nacional neste âmbito, a qual, depois, faz os controlos aleatórios que entender.

Gostaria de dizer-lhe que eu próprio fui, durante alguns anos, nesta Câmara, um crítico severo do sistema de fiscalização existente em Portugal e corroboro em muitas das deficiências que lhe aponta.

O Governo, coerentemente com a posição que assumiu no passado, quando contestou o sistema vigente, ontem mesmo aprovou em Conselho de Ministros — e foi um trabalho que demorou vários meses a elaborar — uma nova orgânica dos serviços do Ministério, a qual, designadamente, institui um novo serviço de inspecção veterinária, um novo serviço de inspecção fitossanitária e um novo serviço de higiene e qualidade alimentar.

A sua preocupação é uma grande preocupação deste Governo e estamos, obviamente, empenhados na resolução do problema, em termos definitivos, o qual, até este momento, já atenuámos.

Chamo a sua atenção apenas para o relatório do mês de Abril. Durante esse mês, o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas coordenou e desencadeou uma operação que envolveu 43 funcionários seus, 37 da Inspecção-Geral das Actividades Económicas e 74 agentes da GNR; fez, nesse mês, acções, todos os dias; inspecionou 759 viaturas de transporte de mercadorias; apreendeu vários quilos de carne de bovino, congelada e importada do Reino Unido, antes da proibição decretada a 21 de Março, cerca de nove a dez toneladas de carne. Por consequência, a par de um conjunto de outras medidas que ainda ontem foram postas em execução, no que se refere à qualidade e ao controle do abate preventivo que foi determinado, está, neste momento, penso eu, a ser adoptado um conjunto de medidas que são suficientemente tranquilizadoras para os agentes económicos e para os consumidores.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, para além de rapidamente se implementar um mecanismo completamente novo e necessariamente mais eficaz, iremos ainda, no que se refere à questão da carne nacional, instituir a sua certificação. Devo dizer-lhe que, hoje mesmo, na Secretaria de Estado da Produção Agro-Alimentar, há uma reunião para este efeito com todos os operadores nacionais, que integram o Comité Permanente da Carne de Bovino, a par da certificação das denominações de origem nos produtos animais e vegetais — e, como sabe, foram já avalizados pela União Europeia cerca de 60 produtos, que têm a ver com as denominações de origem e com as indicações geográficas de proveniência.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso que a resposta que estou a dar-lhe é suficientemente ilustrativa de que as suas preocupações têm eco na política deste Governo e de que as medidas que estão a ser adoptadas rapidamente demonstrarão que muito diferentes, nesta matéria, serão os tempos do futuro em comparação com aquilo a que lamentavelmente assistimos num passado ainda recente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Secretário de Estado, o tempo que gastou a mais ser-lhe-á descontado no tempo final.

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Santo.

**A Sr.ª Helena Santo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, possivelmente não fui bastante explícita na minha pergunta, mas aquilo que o Partido Popular quer saber é que fiscalização é feita nas nossas fronteiras e que medidas concretas irão ser tomadas.

Em minha opinião, há que fazer uma distinção essencial entre a livre circulação, entre o mercado aberto europeu e a concorrência desleal a que estão sujeitos diariamente os nossos pescadores e agricultores. O Sr. Secretário de Estado sabe, seguramente tão bem quanto eu, que, esse sim, é o problema que nos colocam — é, por exemplo, estarem a entrar em Portugal diariamente carniões de fruta, a qual nem sequer é normalizada e, muitas vezes, segundo aquilo que nos é dito pelos nossos agricultores, provém de retiradas, feitas e pagas nos outros países. Trata-se de fruta que entra e é normalizada em Portugal, sendo vendida como fruta portuguesa, apesar de não o ser. Ora, não é isso seguramente que o seu ideal de Europa — apesar de o seu não ser o meu — deverá defender.

Portanto, quando lhe pergunto concretamente as medidas que irão ser tomadas, refiro-me a medidas que visem pôr cobro a esta concorrência desleal, a esta fronteira por onde tudo entra, por onde os nossos comerciantes, agricultores e pescadores não têm qualquer possibilidade de escoar os seus produtos para os outros países, porque lhes é feita uma fiscalização administrativa e física, não obstante também eles estarem na Europa. Porém, essa fiscalização administrativa e física não é feita nas nossas fronteiras.

Assim sendo, pretendia que o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, através do Sr. Secretário de Estado, me respondesse em concreto quais as medidas práticas e imediatas que vai tomar, com que frequência e de que modo se vai fazer a fiscalização das nossas fronteiras, para que a qualidade dos produtos que entram em Portugal não ponha em causa os que aqui são fabricados pelos nossos produtores.

Por outro lado, penso que é grave e preocupante a denúncia apresentada pelo Instituto da Vinha e do Vinho. E, relativamente a esta questão, quero saber, em concreto, o que o Governo português fez, porque aqui nem estamos a falar do mercado europeu mas, sim, do mosto que está a entrar em Portugal em grandes quantidades e a levar ao fabrico de quantidades enormes de vinho, concorrendo com o vinho português.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra, por 1 minuto, o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, depois da operação mediática do abate das vacas ter falhado naquele momento *H*, que era o da entrega do cheque ao agricultor, ocorre-me uma pergunta, que é a de saber quais são os critérios de indemnização aos agricultores que estão a ser usados, se eles são iguais para todos os agricultores, independentemente de as vacas estarem, ou não, inscritas no livro genealógico da raça frísia, e se todos estão a receber o chequinho, mesmo atrás das câmaras da televisão, ou se foi só aquele que o recebeu e, logo por azar, não pelo valor certo.

A segunda questão tem a ver com um problema de fundo. O alastramento da BSE comprova um forte lado negativo do mercado único porque quando se fala em mercado único e abolição de fronteiras, tudo entra: as mercadorias e as doenças. Portanto, a questão que se co-

loca é a de saber quais são os mecanismos de controle higio-sanitário, veterinário e dos circuitos de mercado e, neste caso concreto, como é que se vai traduzir isto no reforço dos controles veterinários, num momento em que os senhores estão a alterar protocolos assinados anteriormente para os apoios aos ADS (Agrupamentos de Defesa Sanitária) e em que os serviços veterinários, reestruturados em 1993, estão em muitos casos fragilizados. Ou seja, se, simultaneamente, os senhores alteram valores que estavam anteriormente previstos para apoio aos ADS e não têm verbas suficientes, como é que se vai resolver este problema no imediato para o controle veterinário da pecuária?

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra, por 1 minuto, o Sr. Deputado António Martinho.

**O Sr. António Martinho (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, o exemplo aqui apresentado pela Sr.ª Deputada Helena Santo sobre o Instituto da Vinha do Vinho mostra que, afinal, se o IVV se queixa de que há vinho que vem, através da Europa, para Portugal, a Administração está atenta. E eu, que sou um crítico do IVV, neste caso tenho de «dar a mão à palmatória» e louvar este Instituto.

Sr.ª Deputada, em minha opinião, a «nossa» Europa e a «vossa» Europa não deixam de ser a mesma. Mas os portugueses aceitaram, quiseram e querem estar nesta Europa. O que é preciso é que o nosso Governo seja capaz de, em Bruxelas, exigir que se avance para medidas eficazes de controle, a nível de todo o espaço comunitário. É que, quer eu queira quer não, a verdade é esta: já não há fronteira em Vilar Formoso nem em Vila Verde de Raia, há fronteiras nos portos e nos aeroportos. Assim, é necessário criar condições para que o gado que sai ou entra em Portugal seja fiscalizado aqui, na Espanha, na França ou na Alemanha — e, assim como o gado, outros produtos —, insistindo para que em Bruxelas se tomem essas medidas.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, para o que dispõe de 8,5 minutos.

**O Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural:** — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Helena Santo, creio que V. Ex.ª continua a ignorar as regras do mercado único, mas objectivamente aquilo que vamos fazer é acentuar a fiscalização nas nossas estradas — e não só nas nossas fronteiras, mas em todo o território nacional —, para que possamos actuar, em Portugal, em termos de plena reciprocidade, relativamente aos nossos parceiros europeus, designadamente ao nosso vizinho mais próximo. Iremos criar os três serviços de que lhe falei, um dos quais responde à questão do vinho, outro às questões da sanidade vegetal (é importante chamar-lhe a atenção para a importância que concedemos a este tema, porque não queremos que, no plano vegetal, apareçam, a curto prazo, «vacas loucas») e também procederemos a uma profunda reestruturação nos serviços veterinários.

Portanto, Sr.ª Deputada, não se trata do que vamos fazer mas, sim, do que já fizemos, aprovando, ontem, em Conselho de Ministros, novos serviços que irão ser eficazes, para que a sua preocupação deixe de o ser a muito curto prazo, já que, infelizmente, hoje ela ainda o é também para nós.

Quanto às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho, independentemente do alegado falhanço do acto mediático a que fez referência, aconteceu ontem, em Portugal, um facto inédito, que foi o de, pela primeira vez, o Estado ter procedido a um abate e, de imediato, ao respectivo pagamento a preços justos — repito, a preços justos. Os pagamentos ontem efectuados são três vezes e meia superiores aos que, alguma vez, na mesma matéria, se fizeram em Portugal. E, mais do que isso, foram feitos no minuto seguinte.

Infelizmente, houve um caso, que foi filmado e passado na televisão, de um agricultor, com imensos problemas, endividado pela política a que esteve sujeito nos últimos anos, que, tendo entregue duas camionetas de gado, quando lhe foi processado o cheque de apenas uma, verificou que não era aquele o montante de que estava à espera, porque, apesar de iletrado, ele sabe fazer contas. Tenho pena de que a televisão, que foi lesta a filmar esse momento, não tenha tido a mesma rapidez a filmar o momento em que o homem recebeu a segunda parte do pagamento a que tinha direito.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Não se pode controlar a televisão toda!

**O Orador:** — Quero dizer ainda que os critérios são extremamente justos. Aliás, nós produzimos, em tempo record, a legislação que nos permitiu fazer este pagamento, que está publicada em *Diário da República* e os critérios são absolutamente transparentes. Naturalmente que por um animal com registo genealógico não pode ser pago o mesmo valor de um animal que o não tem. Por consequência, todas as associações de agricultores contactadas, todas as confederações, todos os agricultores manifestaram acordo com os preços que estabelecemos. Esse é também um facto que sucede, pela primeira vez, em Portugal.

Quanto à questão dos controlos da BSE, já foi anunciado um vastíssimo conjunto de medidas — dezoito, concretamente —, que nós apresentámos em Bruxelas, e fomos o único país a fazê-lo até ao momento. Os ingleses, que a comunicação social anunciou terem apresentado idêntico plano, ainda não o fizeram formalmente, pelo que nós apresentámos o único plano de combate e erradicação da BSE que até agora chegou a Bruxelas, tendo sido considerado pelos serviços da Comissão e pelo próprio Comissário Europeu como «um luxo sanitário e um manifesto excesso». Para nós a saúde pública e a defesa dos agricultores portugueses nunca serão um luxo e nunca serão um excesso. Por isso, mesmo sem financiamento comunitário, estamos a executar a 100% o plano que o Governo gizou e que responde aos anseios dos agricultores, bem como à necessidade de tranquilizar, de uma vez por todas, a opinião pública, por forma a reestabelecer rapidamente os consumos de carne de bovino em Portugal.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular a pergunta relativa à redução das taxas do IVA nas regiões autónomas, ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, tem a palavra o Sr. Deputado Lalanda Gonçalves.

**O Sr. Lalanda Gonçalves (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a Lei do Orçamento confere ao Governo uma autorização legislativa para alterar o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto, no sentido de aplicar

às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira as taxas do IVA de 12%, 8% e 4%, respectivamente. A minha pergunta é muito simples e é a seguinte: por que razão o Governo ainda não legislou sobre esta matéria, dado que está aqui em causa um princípio de certeza no relacionamento entre a administração fiscal e os cidadãos e, ao mesmo tempo, o protelamento desta medida e do anúncio concreto da sua entrada em vigor cria dificuldades à transparência do próprio mercado?

Ao mesmo tempo, julgo que esta medida, pelo impacto positivo que tem na economia açoriana, não poderá ser protelada, mesmo que exista uma intenção deste Governo de pôr em prática estas medidas de redução das taxas do IVA o mais tarde possível, tentando evitar repercussões orçamentais que já deviam ter sido previstas na altura em que foi aprovado o Orçamento — aquando da sua discussão, verificou-se globalmente a política fiscal em termos orçamentais.

Aliás, essa pergunta também radica na seguinte questão: o Sr. Secretário de Estado, a 18 de Fevereiro, no *Diário Económico*, fez o enquadramento geral da tributação directa e indirecta no Orçamento, referindo que teria havido excessos. Neste caso, não considero que seja um excesso, mas antes uma medida extraordinariamente justa, pelo que gostaríamos de saber para quando a sua entrada em vigor.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

**O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Carlos dos Santos):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, V. Ex.ª lembrou, e bem, que o Orçamento do Estado prevê a taxa intermédia do IVA. Nós tivemos oportunidade de dizer, várias vezes e em diversas ocasiões, que essa taxa visou, de algum modo, resolver um problema de injustiça relativa criada anteriormente e que, em relação ao Açores, a medida prevista no Orçamento do Estado tem a vantagem de levar a cabo as justas pretensões e anseios que a população açoriana e também a madeirense têm de as taxas normais, e neste caso também a taxa intermédia do IVA, ficarem a uns 30% das taxas do continente.

Mas sempre foi dito também, independentemente da formulação normativa que diz que será de forma faseada que as coisas entrarão em vigor, que não se trata de um mero problema normativo que está aqui em jogo, no sentido de sair um decreto-lei que ponha em vigor automaticamente a autorização legislativa existente. E não é por uma razão muito simples: porque se trata de criar uma taxa que não existe, o que significa, em primeiro lugar, mudar o sistema de declarações, que tem de ser encomendado, o que já aconteceu; em segundo lugar, alterar os programas informáticos, que já estão alterados, e estão a fazer-se os testes no sentido de se verificar se essas alterações estão ou não bem feitas; e, em terceiro lugar, dada a introdução de um sistema óptico de leitura das declarações do IVA, houve que recorrer a serviços externos no sentido de as adaptações do sistema da leitura óptica à situação das novas declarações com as novas taxas serem também aqui devidamente formuladas.

É nossa intenção começar — e são as indicações que temos — a partir de fins de Junho ou princípios de Julho, que é quando essas coisas estarão todas prontas, a apresentar a legislação sobre o assunto e, portanto, prevemos que em relação aos Açores e à Madeira essa medida entrará em vigor mais ou menos nessa data, e o mesmo

sucederá com a questão da restauração e com a taxa do gasóleo de passar para 12%.

Estas são, para já, as medidas que estão previstas a curto prazo. Todas as outras dependem, de facto, dos constrangimentos orçamentais e serão feitas de forma faseada, como diz a Lei do Orçamento do Estado, até fins de Setembro ou princípios de Outubro.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Lalandra Gonçalves.

**O Sr. Lalandra Gonçalves (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, a questão que lhe coloco é a seguinte: quanto à taxa intermédia a aplicar aos serviços, designadamente aos serviços de restauração, e a toda a problemática associada, nota-se que esta entrada em vigor vem praticamente em plena época turística e, portanto, pode criar algum embaraço a algum operador, dado que, como sabe, há todo um processo de venda do produto turístico e toda uma série de informação ao turista que é dada relativamente aos custos e às taxas em vigor, que conhecerá alguma oscilação se não houver uma data precisa de entrada em vigor e o anúncio correcto dessa matéria.

Quanto à questão da taxa normal nos Açores e na Madeira, que neste momento é de 13%, aquilo que ouço dos meus concidadãos é que, de facto, depois do anúncio da redução da taxa de 13% para 12%, sendo que é a primeira que está em vigor, as pessoas perguntam-se quando é que a taxa de 12% entrará em vigor, porque aqui também cria alguma perturbação no mercado o facto de as pessoas poderem até estar a deferir algumas compras relativamente à questão da utilização do famoso 1% de redução introduzido pelo Orçamento do Estado.

Nesse sentido, penso ser de toda a utilidade que haja uma informação clara à população sobre esta matéria para evitar este tipo de situação, que é estar anunciada uma redução de taxa e as pessoas estarem a aguardar, expectantes, o dia em que ela entrará em vigor.

**O Sr. Presidente:** — Para prestar esclarecimentos complementares, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

**O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lalandra Gonçalves, creio que deve ter entendido o sentido da minha intervenção, isto é, não basta que apareça a autorização legislativa para que as taxas se apliquem automaticamente. E também não basta que apareça um decreto lei, é necessário que as declarações, que dependem da Imprensa Nacional, e que os programas informáticos estejam prontos. A minha resposta foi clara. Pensamos que, o mais tardar, em Julho estarão prontos e, portanto, também não teria grande sentido, no plano administrativo, estar a fazer-se uma aplicação específica para a redução da taxa normal e não se fazer, ao mesmo tempo, a aplicação da taxa intermédia, porque os dois processos estão eminentemente ligados.

**O Sr. Presidente:** — Para formular a sua pergunta, sobre navegabilidade do rio Douro e segurança da barra, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira.

**O Sr. Manuel Moreira (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, o

VI Governo Constitucional, presidido pelo Dr. Francisco de Sá Carneiro, em 1980, após alguns meses da sua investidura nesta Assembleia da República, lançou o projecto da navegabilidade do rio Douro, que foi prosseguido pelos governos subsequentes. Este importante projecto era sonhado e ambicionado há muito pela população do Norte de Portugal e pelas suas forças políticas, económicas, sociais e culturais.

Recentemente, o navio patrulha *Sado*, da Marinha Portuguesa, efectuou uma viagem no rio Douro, para avaliar da sua navegabilidade e verificou-se que o rio tem condições de navegabilidade, os fundos dão perfeitamente para navios de porte médio e não para transatlânticos. Mas a navegabilidade do Rio Douro desde sempre encontrou obstáculos na sua barra, que tem sido um verdadeiro calcanhar de Aquiles para a exploração comercial e industrial de um vasto conjunto de infra-estruturas construídas rio acima. No entanto, este problema poderá ser resolvido definitivamente no prazo de dois anos se o projecto que a Administração do Porto do Douro e Leixões elaborou tiver a cobertura financeira e for aprovado depois de analisado o seu impacto ambiental.

Estamos conscientes de que esta obra provoca alguns impactos negativos, mas, acima de tudo, tem efeitos altamente positivos sobre uma região que carece de todos os incentivos e contributos para a sua revitalização económica. Este projecto prevê a construção de dois molhes, um do lado sul e outro do lado norte, que permitirão criar condições de praticabilidade e segurança na barra, regularização do Rio e da sua navegabilidade, bem como promoverá a recuperação de áreas afectadas pelas cheias e a protecção do porto de pesca da Afurada, tão essencial para a faina dos seus pescadores.

Este projecto, está orçado em 3,5 milhões de contos, disponibilizando, desde já, a APDL 500 000 contos para o efeito, tendo o restante de ser comparticipado pelo Orçamento do Estado, através do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Daqui se conclui que falta apenas a vontade política para resolver este grave problema da navegabilidade do rio Douro e da segurança da sua barra.

Assim, pergunto ao Governo, através do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território se está disponível para aprovar e financiar o projecto da APDL, depois de analisado o seu impacto ambiental?

(*O Orador reviu.*)

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Moreira, a questão que V. Ex.<sup>a</sup> suscita tem a maior acuidade. E começo por responder à questão principal que colocou, ou seja, se há vontade política deste Governo em dar um forte impulso ao projecto da navegabilidade do Douro. Posso responder-lhe convictamente que há uma forte vontade política e que o projecto da navegabilidade do Douro me fascina particularmente.

Hoje em dia é consensual que urge consolidar a barra do Douro e construir os dois molhes que referiu. O respectivo projecto e o estudo de impacte ambiental foram recebidos no final do mês de Abril. Vai agora decorrer o

período de 120 dias para a consulta pública e espero que seja possível ainda este ano, talvez lá para Outubro, lançar um concurso internacional e iniciar os trabalhos dessa importante obra que envolve um molhe a sul e outro a norte.

Como sabe, ou penso que saberá, prevê-se que essa obra dure entre 24 a 30 meses, dependerá das condições anuais quanto a intempéries e às condições de realização da própria obra. Mas no máximo durará 30 meses. O mesmo é dizer que é algo que estará completado sempre com condições crescentes de melhoria das condições de acesso à barra daqui até 1999.

Neste momento, o Governo está empenhado em conseguir a elegibilidade desse projecto da construção dos molhes para financiamento no quadro do FEDER, tendo sido solicitada a sua inclusão na medida 5 — Melhoria da eficácia económica dos portos, do Programa Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento. Esperamos que, a curto prazo, essa elegibilidade seja conseguida e que se obtivemos da União Europeia um financiamento de 75%, ou seja três milhões de contos, o que juntamente com os 500 000 contos já inscritos no Orçamento da APDL para o corrente ano e mais 500 000 contos que deverão constituir o esforço financeiro do próprio Estado ao nível do PIDDAC, do seu Orçamento de Investimentos Correntes, distribuídos daqui até 1999, seja perfeitamente possível encontrar os meios financeiros necessários.

Uma questão de fundo, Sr. Deputado — e, neste momento, é a questão em relação à qual é necessário promover diligências e criar as sinergias necessárias —, é criar uma entidade concessionária da naveabilidade do Douro. Como sabe, no Douro há cinco barragens, há cinco eclusas que são operadas pela EDP. A jurisdição da APDL vai da barra até uma linha situada 200 metros a montante da Ponte D. Luís e daí para cima, para montante, a jurisdição é do Ministério do Ambiente, da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte. Há várias entidades cujos esforços é necessário congregar para criar as sinergias necessárias à criação de um modelo que permita a naveabilidade do Douro.

Foi feito um estudo da respectiva viabilidade económica que já está nas nossas mãos. Devo dizer-lhe que, proximamente, no Porto, por iniciativa do Sr. Governador Civil, haverá uma reunião que congregará todos os agentes e todas as entidades interessadas no projecto, na qual estarei presente. Penso que, a partir daí, ainda este mês, haverá expectativas muito claras sobre aquilo que deve fazer-se. Apontá-se para um organismo, que provavelmente será uma empresa, de capitais públicos ou de capitais mistos que terá a concessão da naveabilidade.

Haveria muita informação a dar, mas os 3 minutos a que estou remetido, obrigam-me a ser extremamente seletivo.

A naveabilidade do Douro é interessante do ponto de vista económico para o nosso País até à Régua/Pinhão; daí para cima até ao porto de Vega/Terrón, em Espanha, o interesse é fundamentalmente espanhol. Para que a naveabilidade da zona Régua/Pinhão até Vega/Terrón seja assegurável em condições perduráveis e consolidadas será necessário investir cerca de três milhões de contos. Há alguns afloramentos dos solos que é preciso demolir, há que regularizar fundos e a costa e isto exige esforço, que tem de ser partilhado com as entidades espanholas. Sobre isso poderia dar algumas informações e dar conta de algumas *démarches* que já houve com entidades espanholas em relação a esta matéria.

**O Sr. Presidente:** — Peço-lhe que termine, Sr. Secretário de Estado.

**O Orador:** — Para terminar, quero dizer-lhe que há uma forte vontade política, e é quase escandaloso que, durante tantos anos, não se tenha dado prioridade a esse projecto, que tem um forte interesse para o País e para economia nacional e que é potenciador de aproveitamento de múltiplas sinergias na bacia do Douro. Penso que um dia terá de haver um projecto integrado da bacia do Douro e espero que, durante esta legislatura, o Douro seja integralmente navegável, criando sinergias de toda a ordem no plano económico e social.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira.

**O Sr. Manuel Moreira (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, começo, naturalmente, por agradecer as respostas que V. Ex.<sup>a</sup> me quis dar e gostava de frisar mais uma vez o seguinte: é evidente que este projecto da naveabilidade do rio Douro começou exactamente, de forma determinada, em 1980, sob a liderança do Governo do Dr. Sá Carneiro. Foi um projecto ambicioso, difícil, mas que julgo estar a atingir o seu termo.

O problema da barra, como referi na minha pergunta, é realmente gravíssimo, é o maior problema, é um verdadeiro calcanhar de Aquiles, que temos de resolver de uma vez por todas, e poderá ser resolvido através deste projecto da APDL.

Tenho pena, devo dizê-lo, Sr. Secretário de Estado, que esse projecto não tenha sido já implementado, porque talvez pudessemos ter ganho algum tempo e hoje o rio Douro e o seu vale poderiam já estar a ser aproveitados para o desenvolvimento económico e social de toda esta grande e vasta região em que nos envolvemos.

Por isso, espero que este projecto vá agora para a frente e que não se fique apenas pelas palavras mas, acima de tudo, pela acção, porque é isso o que se exige, e o que deseja a grande comunidade do vale do Douro em particular, até os próprios pescadores que entram e saem na barra do rio Douro e que, muitas vezes, pela muita insecuridade que sentem ficam em casa durante semanas ou meses a fio, sem poderem ganhar o seu sustento e o das suas famílias.

Temos o projecto, há vontade política, como o Sr. Secretário de Estado acabou de dizer, então o importante é concretizá-lo, encontrando naturalmente os meios financeiros e disponíveis, por parte do Governo português, do Orçamento do Estado, e também dos fundos comunitários. Assim, agradeço, Sr. Secretário de Estado, que se avance urgentemente.

Quanto à outra ideia que me quis transmitir, a de criar exactamente uma entidade que possa assumir a conceção da gestão da bacia do Douro, penso que ela é também indispensável e fundamental, e espero bem que as reuniões que vai ter, no âmbito do Governo Civil do Porto, possam ser coroadas de êxito, para bem do Douro e das suas gentes.

(*O Orador reviu.*)

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Calçada, dispondo, para o efeito, de 1 minuto.

**O Sr. José Calçada (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, não é tanto sobre a navegabilidade do Douro a pergunta que quero fazer-lhe, porque, na verdade, se alguma coisa houvesse a dizer neste momento, em termos de passado, seria apenas que foi tantas vezes anunciada quantos os perfodos eleitorais, legislativos e autárquicos dos últimos 12 anos, e a crer...

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS):** — São 16 anos! O Dr. Balsemão inaugurou-a três vezes!

**O Orador:** — Agradeço a vossa intervenção, mas...

Dizia eu que, a crermos nos sucessivos anúncios da navegabilidade, sou levado a pensar — e já olhei para o mapa várias vezes — que o Douro terminaria, como sabemos, na zona de Leixões, Foz, Porto, mas que começaria em qualquer coisa como Paris, porque já não havia Douro suficiente para os planos de navegabilidade sucessivamente anunciados e nunca concretizados. Mas mais preocupante do que isso, e é sobre esta componente concreta que quero colocar-lhe a questão, é o problema do estado da barra.

Tivemos ocasião, no decurso dos últimos anos, de apresentar sucessivos requerimentos aos governos sobre esta matéria, em torno das necessidades concretas sentidas pelos pescadores da Afurada e da Aguda, que, como sabem, olham para a barra mais como um inimigo do que como um amigo, por esta se ter transformado num drama contínuo para esta gente. E é exactamente a este respeito que pergunto, Sr. Secretário de Estado: é desta vez, de uma vez por todas, que a questão da barra do Douro vai ser ultrapassada? É desta vez, de uma vez por todas, que os pescadores da Afurada e da Aguda podem passar a olhar para a barra como algo que lhe é útil e não como mais um obstáculo a transpor?

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.

**O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, também tenho um fascínio por este projecto da navegabilidade do rio Douro, pelo que gostaria de fazer, neste curto espaço de tempo de que dispomos, duas perguntas que me parecem fundamentais.

A primeira é no sentido de saber se de facto essa atribuição a um concessionário da exploração da navegabilidade do Douro não será uma questão urgente. Não sei se o Sr. Secretário de Estado tem a informação, mas chegam-me vozes de gente responsável segundo as quais a exploração da navegabilidade do Douro é feita em duvidosas condições de segurança e que as normas de segurança, em matéria de navegação, não são respeitadas, sobretudo por parte de alguns dos operadores que exploram essa possibilidade.

Em segundo lugar, gostaria de saber se o estudo da construção desses dois molhes, desses dois pontões, tem já indicações precisas sobre as consequências na paisagem, especialmente sobre as consequências nas praias que bordejam a barra, que se seguem à barra e que vão até Matosinhos e Leça.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do

Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, dispondo, para o efeito, de 7 minutos.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Moreira, começo por agradecer aquilo que me pareceu ser, enfim, uma profissão de fé nas minhas convicções em como este projecto irá por diante, compromisso que honraremos e que tenho muito gosto em assumir perante esta Câmara, com sentido de responsabilidade.

Penso que até 1999, sempre com condições crescentes de navegabilidade, cada vez mais activas e mais importantes para o desenvolvimento de toda aquela zona, o projecto ir-se-á fazendo até que esteja na sua plenitude de operacionalidade, criando, entretanto, efeitos cinegéticos de desenvolvimento. Mas isto nada tem a ver com o ciclo eleitoral nem com a questão de o ciclo de mandato deste Governo terminar em 1999.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado José Calçada, sobre a barra, ela é fundamental, e temos disso a clara noção. O estudo de impacte ambiental está feito, vai ser aberto à discussão pública durante 120 dias, pelo que, em meu entender, ainda este ano se lançará um concurso internacional e as obras, eventualmente, começam no final deste ano ou em princípios do próximo. As obras deverão começar pelo molhe sul e só depois se fará o do lado norte, o que demorará entre 24 a 30 meses, dependendo das condições do tempo, etc.

Sr. Deputado António Lobo Xavier, a concessão a uma entidade é fundamental. Há pouco referi, muito a correr, porque o tempo é muito limitado, que há dois ministérios que tutelam, a nível macro, a nível do Governo, este grande empreendimento, que são os Ministérios do Ambiente e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Mas, dentro do próprio Ministério do Ambiente, temos a APDL, a Capitania dos Portos, o Instituto dos Pilotos de Barra, etc., há, portanto, uma série de entidades que também... Temos também a EDP, que opera asclusas para regularização das águas das albufeiras, tendo em vista as descargas provenientes de Espanha, etc., mas também terá de o fazer em compatibilização com as necessidades da navegabilidade — a EDP depende do Ministério da Economia, das Secretarias de Estado da Indústria e da Energia. Há, portanto, uma série de entidades que temos de congregar, e é nesse sentido que se está a trabalhar.

Há já um estudo de criação de uma entidade, que provavelmente será uma empresa, que a meu ver pode ser pública ou de capitais públicos, porque há aqui interesses públicos a salvaguardar, ou eventualmente de capitais mistos. Na minha opinião, juntas de turismo, câmaras municipais poderão fazer parte ou ser parceiros accionistas dessa empresa como entidades de direito privado, interessadas também na operação do Douro.

Todo este estudo está, pois, em curso e já temos um *draft*, um modelo concreto entre mãos, e haverá, como digo, até ao final deste mês, creio que no dia 21, uma importante reunião no Governo Civil do Porto que envolverá todas essas entidades para se tentar criar uma linha directora, uma linha condutora de todo este processo.

Quanto a isso a sua preocupação quadra com a minha, penso que estamos de acordo, e o que lhe posso dizer é o mesmo que disse ao Sr. Deputado Manuel Moreira: as suas convicções são também as minhas e assumo-as com o mesmo sentido de responsabilidade.

Perguntou ainda se foram ponderadas, no estudo de impacte ambiental, as repercussões da construção dos molhes. Sabemos como tudo isto é muito complicado, pois as obras hidráulicas têm, por vezes, repercussões imprevisíveis. Felizmente, temos uma entidade, o LNEC, com uma grande tradição e uma grande experiência, que tem modelos matemáticos e de toda a ordem, que é quem vai acompanhar do princípio ao fim a execução de todo este importante trabalho.

Em todo o caso, numa nota preparada pelo meu gabinete refere-se, às tantas, quando se fala exactamente dos impactes ambientais, que se pretende, com a construção desses molhes: primeiro, a protecção duradoura, a estabilização e regularização das margens ribeirinhas das cidades do Porto e de Gaia, nas zonas da Afurada, Lavadouros, bacia de São Paio e Cabedelo, evitando-se, por menos trabalhos, desestabilização da barra e margens — isto está previsto, deseja-se fazê-lo e é uma questão de utilizar as boas regras da arte para o fazer bem e de acordo com estas expectativas; segundo, a criação de condições dinâmicas que assegurem um desejável depósito natural de areias a sul do Cabedelo, da Vagueira até Espinho, propiciando assim recargas naturais de inertes no cordão do mar, ao longo da costa, evitando dispendiosos trabalhos de colocação de areias e de reconstrução, regularmente a cargo do Ministério do Ambiente. Esta é outra preocupação.

Todas essas preocupações estão retidas, e penso que o LNEC terá de acompanhar, com rigor e grande sentido de responsabilidade, o desenrolar de todos esses trabalhos.

Quero aqui deixar uma nota, que, enfim, não deve ser escamoteada — desculpem-me a expressão, por não ser bonita — por esta Câmara: penso que tem havido interesses inconfessáveis, obscuros, difusos, que de alguma forma têm vindo a travar o projecto de navegabilidade do Douro e que têm a ver com a exploração de areias, feita de uma forma semi-clandestina, pouco clara, pouco transparente, pelos areeiros do Douro, causando impactes ambientais negativos, efeitos externos negativos do ponto de vista ambiental. Há interesses sediados em toda aquela zona que têm vindo a travar este processo. Estamos cientes destes problemas e vamos «cortar a direito» com forte vontade política.

Não faz sentido, Sr. Deputado, que, em relação àquilo que é a nossa política de portos e de transportes marítimos, não se faça uma grande aposta na cabotagem fluvial dos nossos rios — temos pelo menos três onde a cabotagem fluvial é uma importante via de transporte, que pode concorrer com a rodovia e ferrovia (refiro-me ao Douro, ao Tejo e ao Guadiana) — e que não haja cabotagem costeira do sotavento algarvio até aos portos do norte e intraeuropeia. Recebermos tráfego de longa distância e seria bom que tivéssemos aqui *transship* para fazer cabotagem intraeuropeia, o que só será possível se tivermos nos portos condições e uma cabotagem à altura destes desígnios.

Muito mais gostaria de dizer porque esta matéria me apaixona, mas de alguma forma fica aqui afirmado, com grande sentido, convicção e responsabilidade, que estou fortemente empenhado neste projecto.

**O Sr. Presidente:** — Visto não haver mais inscrições, para pedir esclarecimentos sobre esta pergunta, vamos passar à seguinte, relativa à eventual criação em Viseu de um novo estabelecimento prisional nas instalações do Regimento de Infantaria, que será colocada ao Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça.

Para formular a pergunta, em nome do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

**O Sr. José Cesário (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, coloco esta questão porque se trata de uma matéria particularmente polémica neste momento, quer na cidade, quer na globalidade do distrito de Viseu. E os factos são estes: já há alguns anos, em 1992, se colocou a questão do eventual encerramento do Regimento de Infantaria de Viseu no sentido de aí ser instalada uma instituição de ensino superior. Na altura, o Ministério da Defesa Nacional desmentiu tal facto e converteu o Regimento de Infantaria num centro nacional de instrução. Recentemente, ouvimos o Sr. Ministro da Justiça, na televisão, referir que seria criada na região de Viseu, sem dizer onde, um novo estabelecimento prisional.

Esta matéria foi divulgada por diversos órgãos da comunicação social e, mais recentemente ainda, o *Jornal de Notícias* publicou um artigo, que aqui tenho, dando conta de declarações diversas no sentido de na cidade de Viseu poder ficar instalado um grande centro prisional, concretamente nas instalações do actual Regimento de Infantaria, e, igualmente, de declarações, de, pelo menos, uma funcionária do Ministério da Justiça, Eunice Andreia, que disse claramente que o processo está a ser estudado, como sucede noutras locais a nível nacional, e que ainda não há decisões sobre estas matérias, o que avoluma, como deve calcular, a especulação sobre a situação. Depois disto, o Deputado José Junqueiro, do PS, fez declarações públicas, em que disse «se quiserem pôr aqui uma prisão, então dêem-nos a universidade», o que, implicitamente, vem admitir que isso possa acontecer. E, finalmente, o Sr. Governador Civil, que, bem recentemente, a pretender desmentir tal facto e questionado uma vez mais pelos órgãos de comunicação social, disse categoricamente que não sabe se está ou não prevista a instalação em Viseu de qualquer outra unidade prisional, para além do estabelecimento prisional de menores, que estava previsto, pelo anterior governo, ser instalado no Instituto de São José.

Assim, as questões que lhe deixo, Sr. Secretário de Estado, ou, melhor, que deixo ao Governo, na sua pessoa, neste momento, são claramente estas: em primeiro lugar, o Governo pode ou não comprometer-se, hoje e aqui, para acabarmos de vez com estas especulações, a que o actual centro nacional de instrução, que funciona actualmente no Regimento de Infantaria de Viseu, não será transformado em estabelecimento prisional? Em segundo lugar, está em condições de assegurar que tal matéria não está nem esteve em estudo no âmbito dos diversos departamentos do Governo? Finalmente, encontra-se ou não prevista neste momento a criação de qualquer novo estabelecimento prisional na região de Viseu, como diversíssimos órgãos de comunicação social divulgaram?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, por tempo não superior a 3 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça (Matos Fernandes):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Cesário, é muito tranquilizadora a resposta que trago para dar a V. Ex.<sup>a</sup>: a de que nunca esteve nem está na intenção do Governo, e muito concretamente na do Ministério da Justiça, a criação de um estabelecimento prisional em Viseu nas actuais instalações do Regimento

de Infantaria n.º 14. De resto, foi ontem emitido um comunicado pelo Estado-Maior do Exército em resposta a um requerimento formulado pelo Sr. Deputado António Galvão Lucas, do CDS-PP, no qual se diz expressamente — e passo a ler — o seguinte: «O Regimento de Infantaria n.º 14 é um dos regimentos firmes da organização territorial do exército. A sua desactivação nunca foi considerada nem a título de mero estudo. O exército desconhece a origem desta notícia deturpada».

De facto, nunca por nunca o Ministério da Justiça trouxe quaisquer negociações ou teve essa intenção no sentido de criar em Viseu, no Regimento de Infantaria n.º 14, qualquer estabelecimento prisional. Essa notícia não tem qualquer fundamento credível e só lastimo o alvoroço involuntário de que Viseu e as suas gentes foram vítimas, que não partiu do Ministério.

Porém, admitindo que seria questionado sobre outro assunto, que não pude preparar porque era outra a pergunta que, concretamente, V. Ex.<sup>a</sup> formularia, direi que há nos arredores de Viseu um instituto de reeducação, o Instituto de São José, que está praticamente abandonado por ter uma escassíssima população de jovens. Ora, encontrámos no Ministério um projecto do anterior Governo que poderá vir a permitir a sua reutilização como estabelecimento para jovens delinquentes.

Não se trata de uma preocupação prioritária do Ministério da Justiça, pois não resolveria um problema de extrema gravidade com que nos confrontamos, mas permito-me dizer, no tempo de que ainda disponho, ainda que nada tenha a ver com a pergunta de V. Ex.<sup>a</sup> mas com todos nós e com esta matéria, que, no dia 15 de Abril, a população prisional para uma lotação de 9000 reclusos era de 12 977, em quinze dias, portanto, no dia 2 de Maio, era de 13 125 e, se não fosse uma ironia amarga, eu diria que era de 13 124 porque ontem evadiu-se um recluso de Vale de Judeus. Era isto o que tinha para dizer a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, em tempo não superior a 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

**O Sr. José Cesário (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, verifico que, pelo menos, a pergunta feita teve a virtude de precipitar a resposta ainda não dada ao requerimento que o Sr. Deputado António Galvão Lucas havia apresentado recentemente no dia 24 de Abril.

Em qualquer circunstância, o que importa registar aqui e hoje é que o Governo desmente formalmente esta notícia mas não ouvi, e gostaria que isso ficasse claro, que em circunstância alguma o Governo instalará na região de Viseu qualquer novo estabelecimento prisional, para além — e já o tinha dito há pouco — da eventual transformação do Instituto de São José em estabelecimento prisional de menores. Isto é o que gostaríamos de ouvir categoricamente, embora lhe diga, Sr. Secretário de Estado, que, pela nossa parte, advogamos claramente a existência em Portugal de uma rede claramente alargada de estabelecimentos prisionais com qualidade. Aquilo que não aceitamos é que esses estabelecimentos prisionais sejam colocados em zonas de malha urbana, não o aceitamos em circunstância alguma por motivos relacionados, em primeiro lugar, com a segurança.

Mas queria que ficasse claro de forma categórica que o Governo, para além do estabelecimento prisional de menores previsto para o Instituto de São José, não prevê

a instalação na região, na zona, no distrito de Viseu, se se quiser, de qualquer novo estabelecimento prisional. Desde já agradeço as suas explicações, Sr. Secretário de Estado.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, em tempo não superior a 1 minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

**O Sr. Miguel Ginestal (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, quero apenas, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, registar com satisfação aquilo que hoje V. Ex.<sup>a</sup> disse, que não é novo. De resto, há oito dias, em Viseu, o Sr. Governador Civil teve oportunidade de transmitir, também oficialmente, uma nota enviada pelo Ministério da Defesa Nacional desmentindo categoricamente que alguma vez se tivesse colocado a hipótese da transformação do RIV em penitenciária.

Aproveitamos o momento para reiterar nesta Casa a nossa satisfação por essa opinião ser definitiva — aliás, nunca existiu outra contrária — e pedir-lhe um esclarecimento adicional sobre o que disse quanto à existência de uma decisão do anterior Governo que se prende com a transformação de um estabelecimento ligado ao Instituto de Reinsersão Social, o Instituto de São José — que passaria para a alcada dos serviços prisionais —, concretamente, em prisão de menores. Gostava, pois, de saber se foi estipulado um prazo ou uma metodologia para a concretização dessa transformação.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, em tempo não superior a 10 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Cesário, penso que — e utilizando textualmente a expressão que usou — nenhum governo, nem este nem qualquer outro, dirá que, no futuro, «em caso algum», em determinada região, em determinada zona, poderá não vir a ser instalado um estabelecimento prisional. Depois, houve como que uma redução do pedido, digamos assim, e perguntou se fazia parte das intenções do Governo instituir na região, no distrito, na área de Viseu um estabelecimento prisional. A resposta, categoricamente, é não!

Quanto às observações do Sr. Deputado Miguel Ginestal, devo dizer que, pelos elementos de que me pude munir no Ministério da Justiça, era muito acarinada pelo Sr. Dr. Laborinho Lúcio, pertencente à equipa, a ideia da conversão do Instituto de São José, que quase não tem neste momento utilidade por falta de população, num estabelecimento prisional, não direi de vanguarda mas piloto, misto prisão e centro social da comunidade e tenho notícia (desconheço até que ponto é rigorosamente verdadeira) que até havia conversações simpaticamente adiantadas com a junta de freguesia.

Sucede que os nossos problemas, que são as nossas aflições e as nossas angústias pelos números que tive oportunidade de referir há momentos, têm obviamente de fazer-nos estabelecer prioridades. Isto por um lado. Por outro, o nível etário da população prisional talvez não justifique um empenho muito intenso no sentido dessa reconversão porque se situa na casa dos 30 e tal anos e estabelecimentos destes para jovens delinquentes abrange-

riam uma população com idade compreendida entre o limiar mínimo da imputabilidade e os 25 anos. O projecto existe, não está abandonado mas não é prioritário, infelizmente para nós. Deus quisesse que pudesse ser de outra forma, que fosse um projecto a considerar!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta seguinte, sobre a conservação da natureza e o Parque Natural Sintra-Cascais.

Para a formular ao Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar de Os Verdes, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente. Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, uma vez mais voltamos a abordar o Parque Natural Sintra-Cascais.

A importância daquele património é evidente: em 1981, foi considerado, pelo então Ministério da Qualidade de Vida, área protegida; em 1994, a importância manifesta, o que era consensual constatado o interesse nacional naquele património, justificou a designação de parque.

Se esta é uma constatação, também o é o facto de que nem a criação da área protegida ou do parque nem tão-pouco as razões que estiveram na origem destas classificações, designadamente por tratar-se de uma área sujeita a pressões extremamente fortes de interesses imobiliários, que importava salvaguardar, conseguiram que a degradação nele existente fosse, de algum modo, contida.

Como sabe, esta é uma questão que de sucessivas formas Os Verdes foram trazendo a este Plenário na anterior legislatura e cujas preocupações e críticas o Sr. Secretário de Estado José Sócrates, na altura ainda Deputado, partilhou connosco.

Importa saber, preto no branco, passados todos estes anos e dado o diagnóstico por nós feito que o Sr. Secretário de Estado, na altura, subscrevia, como estão as coisas. É que a degradação daquele parque está na origem deste problema, que é político, e é bom lembrar que, na zona do Abano, ocorreram fogos florestais em 1990, não tendo a lei sido cumprida, ou seja, um ano depois não tinha sido feita a reflorestação nem tão-pouco o Instituto de Conservação da Natureza, nos termos da mesma lei, se havia substituído ao proprietário.

As malfeitorias naquela zona são múltiplas: parqueamentos ilegais, publicidade, restaurantes, vedações, cortes de estrada, abates de árvores, enfim, um conjunto de situações muito significativo que se estende ao longo de todo o parque até ao Magoito e é visível na forma como se encontram as falésias.

Porque um dos aspectos essenciais desta problemática do parque é a pressão imobiliária e as negociações que ilegalmente nele se querem fazer e a que o anterior Governo deu total cobertura, chamo a atenção para a existência de algumas urbanizações, designadamente para a do Abano (550 fogos) e do Raso (569), e para projectos da Euronova, da Autodril, da AOKI, ou seja, para as chamadas «pequenas Malveiras» que, a serem concretizadas, irão destruir completamente aquele valiosíssimo ecossistema.

A nossa posição sobre esta questão é muito clara. No início desta legislatura, aquando do debate do Programa do Governo, manifestámos interesse na definição de uma posição clara sobre esta matéria, porque se trata de uma posição política, por parte do Ministério do Ambiente e do ICN. Pretendemos, pois, saber qual é a actual situação.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, para o que dispõe de 3 minutos.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (José Sócrates):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, não posso estar mais de acordo consigo no que diz respeito à consideração da importância nacional do parque natural Sintra-Cascais. Também partilho o seu ponto de vista quanto aos anos de incúria e desleixo que levaram a alguma degradação daquele Parque, mas quero sossegá-la. A conservação é o valor mais importante a proteger naquela região e será segundo esse valor que terá de compaginar-se toda a actividade económica. Portanto, nada será feito que possa pôr em causa qualquer valor patrimonial que, como sabe, é a razão última da criação das áreas protegidas.

Trago-lhe algumas boas novidades, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Em primeiro lugar, vai começar a ser lançado um plano de investimentos em três vertentes para aquele parque natural, o que vai obrigar a alguma actualização do plano de ordenamento. Assim, primeiro, vamos arborizar as áreas ardidas e as que foram alvo dos últimos temporais.

Em segundo lugar, temos um plano que pretende qualificar algumas povoações na área do Parque Natural, em obediência a um novo princípio da conservação segundo o qual é preciso uma solidariedade nacional com as povoações que vivem nestas áreas protegidas de modo a que sejam todos os portugueses a pagar a política da conservação da natureza e não apenas quem vive nas áreas protegidas.

Finalmente, devo dizer-lhe que a importância nacional do parque natural e também a sua importância regional ao nível da área metropolitana está hoje acrescida devido à classificação de Sintra como património mundial. Portanto, é altura de o Governo expressar nas suas políticas uma solidariedade nacional para com aquela região que se traduz em investimentos concretos que permitam fazer aquilo para que foi criado o parque natural, isto é, transformar um património natural insubstituível num património protegido, valorizado e qualificado. É isto mesmo que vamos fazer.

Quanto à última parte da sua pergunta, quero sossegá-la, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Nada será feito, nenhuma urbanização será construída naquela zona que ponha em causa os princípios da conservação e o princípio da defesa do património natural pois foi para isso que o parque natural foi criado.

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para fazer uma nova pergunta, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a minha primeira conclusão — e agradecia que o Sr. Secretário de Estado confirmasse — é a de que subscreve a nossa opinião, o que significa que todas as urbanizações que referi — Abano, Raso, Euronova, Autodril, AOKI — são claramente abandonadas. É esta a pergunta que lhe faço porque estas urbanizações eram objecto de crítica e era esta a questão essencial que colocávamos, relativamente ao que o Sr. Secretário de Estado, em intervenções que fez nesta Assembleia, enquanto Deputado, em Julho de 1992 e em 1994, denunciava o que tinha sido a escandalosa permissão do Ministério do Am-

biente de então ao levantar a interdição de construção, vigente por 10 anos, na sequência dos fogos havidos na zona e de acordo com a lei. Assim, repito a minha pergunta: sim ou não a estas urbanizações que citei?

Em segundo lugar, pergunto-lhe se vai ou não continuar-se a consentir ocupações indevidas de solos, se as construções ilegais existentes na zona da praia do Abano e do Raso — parques de estacionamento, restaurantes — vão ou não ser demolidas de acordo com o plano de ordenamento do parque natural. Gostaria ainda de saber se a extração de inertes, tais como sucatas, bem como todos os sintomas de degradação da zona costeira vão ou não continuar.

Antes de passar à terceira questão, quero dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, que agradecia que fosse tomando notas à medida que lhe faço perguntas, visto que gostaria de receber respostas concretas, pois só assim será conferida mais eficácia a esta sessão de perguntas ao Governo.

Como dizia, em terceiro lugar, gostaria de saber qual é a posição do Governo em relação ao plano de ordenamento que existe neste momento. Ou seja, o Governo subscreve ou não o plano de ordenamento actual, tem ou não uma visão crítica do mesmo e vai ou não alterá-lo, como e quando?

Para além disto, tendo presente a legislação actual, está por cumprir o artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 9/94, que criou o plano de ordenamento, isto é, não está cumprida a criação de um plano operacional de gestão. Assim, pergunto-lhe se o novo Governo vai ou não apresentar este plano, se a questão que referiu tem alguma coisa a ver com o mesmo — e, em caso afirmativo, gostaria que concretizasse —, quando é que ele estará disponível e quando é que estaremos de posse de todos estes dados.

**O Sr. Presidente:** — Para fazer uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis, que dispõe de 1 minuto.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, ouvi com preocupação uma parte da resposta que deu à Sr.ª Deputada Isabel Castro quando disse que todos teremos de suportar os custos da preservação da natureza e da existência dos parques naturais. Ora, é mesmo aí que reside a minha enorme preocupação, para não dizer perplexidade. Assim, interrogo-me e pergunto-lhe a si, Sr. Secretário de Estado, qual é a má sina que nos assiste que leva a que, em todo o mundo, os parques naturais sejam um factor de riqueza enquanto, entre nós, são um factor de custo.

É que se assim for, num país com tantas riquezas naturais como tem Portugal, ou nós descobrimos forma de cada uma delas ser um factor de enriquecimento e podemos preservá-las, ou então persistimos em que sejam factores de custo e, irremediavelmente, acontecerá o que acontece, por exemplo, no parque natural de Sintra-Cascais em que zonas de riqueza de arborização única no mundo só não ardem porque Deus é muito nosso amigo, caso contrário já lá não haveria nada.

Sr. Secretário de Estado, a minha pergunta é a seguinte: será que o Ministério do Ambiente já accordou de vez para a percepção de que o único condicionamento que pode ter uma zona de parque natural é ser uma zona de excelência mas não uma zona de exclusão? Se o Governo ainda não chegou a esta conclusão, então vejo com enorme preocupação o que pode acontecer aos nossos parques naturais.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, no quadro das preocupações com esta importantíssima zona de Sintra-Cascais do ponto de vista do património natural e mesmo cultural, quero manifestar-lhe a minha séria preocupação quanto à situação dos parques botânicos da Pena e de Monserrate.

No âmbito da candidatura de Sintra à classificação como património mundial, houve um compromisso por parte do Governo no sentido da recuperação destes importantíssimos parques botânicos mas a situação em que se encontram é absolutamente lastimosa. Na verdade, há alguns meses tive oportunidade de visitar demoradamente o Parque Botânico da Pena e verifiquei que, de facto, este se encontra numa lastimosa situação de abandono. Assim, gostaria de saber por que espera o Governo para tomar medidas de recuperação dos parques botânicos da Pena e de Monserrate.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado. Dispõe de 10 minutos e, se for possível, agradecia-lhe que poupasse algum tempo.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, se me permite, começo pelo fim, para partilhar todas as palavras do Sr. Deputado António Filipe relativamente aos parques da Pena e de Monserrate. De facto, trata-se de duas jóias portuguesas que ali estão, vítimas de uma incúria, de um abandono e de um desleixo nos últimos 10 anos que vergonham o País. Eu próprio visitei várias vezes estes dois parques e indignei-me com o facto de o País não olhar para aqueles tesouros que ali tem da forma como devoria.

O Sr. Deputado António Filipe perguntou-me por que espera o Governo, ao que lhe respondo que esperamos que se concluam os projectos. É que a única coisa que o anterior governo fez, em 10 anos, foi mandar elaborar os projectos no final da última legislatura. Assim, aguardamos que estes se concluam, justamente para, em Outubro próximo, lançarmos os concursos que permitam requalificar e alterar a gestão daqueles dois parques.

Sr. Deputado, não posso estar mais de acordo consigo em que é um verdadeiro crime o facto de o Estado continuar a olhar para os parques da Pena e de Monserrate, assistindo à degradação do património que ali temos, que engrandece o País, não tendo nós o direito de assistir passivamente ao seu declínio.

Sr.ª Deputada Isabel Castro, lembro-me muito bem das intervenções que fiz nesta Assembleia, aliás já aqui afirmei que mudei de bancada mas não mudei de discurso, e mantendo o que disse na altura. Assim, penso que as urbanizações previstas nas zonas que referiu têm densidade construtiva a mais e não serão construídas tal como foram propostas porque essa construção é incompatível com o valor da conservação daquele património natural.

A este propósito, devo dizer que não tenho qualquer preconceito contra o «betão armado» e considero que há espaço para a construção de excelência naquela zona. Portanto, o que é necessário é pôr claro que todos os interesses económicos se subordinarão ao interesse principal que é o da conservação da natureza e que a existência de alguma actividade económica faz jeito à conservação da natureza e não o invés. Dizer o contrário seria uma posição radical e fundamentalista que ninguém hoje partilha no que diz respeito à conservação da natureza.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou ainda o que vamos fazer quanto ao plano de ordenamento e respondo-lhe que vamos actualizá-lo, justamente para que possa haver um plano de gestão que reflecta o compromisso que o Governo vai assumir em investimentos naquele parque no âmbito das novas responsabilidades que o Governo tem, já que, como lhe disse, Sintra foi classificada como património mundial e, portanto, aquele parque natural carece de investimentos significativos nos próximos tempos.

Sr. Deputado Nuno Abecasis, certamente não fui feliz na forma de exprimir-me e não me fiz compreender. O que eu disse foi que a política de conservação da natureza deve ser paga por todos os portugueses. Porquê? Porque interessa a todos os portugueses.

O parque natural de Sintra-Cascais não é importante apenas para quem lá vive ou para quem vive na Área Metropolitana de Lisboa, é importante para todos os portugueses. Assim, a conservação tem de ser paga por todos porque seria muitíssimo injusto que, como aconteceu no passado, a conservação fosse paga pelos proprietários dos terrenos que nada lá podem fazer e que fosse paga pelas limitações impostas a quem lá vive. Portanto, penso que tem de haver uma solidariedade nacional para com aquelas zonas no sentido de qualificá-las para que os parques possam ser vistos como instrumentos de progresso e não áreas onde nada se faz e, ainda, para que possamos ter as populações do nosso lado e não contra nós.

É que se, há 10 anos, a política de conservação da natureza era uma política simpática, hoje assistimos a um declínio dessa simpatia porque muita gente a considera antipática.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP):** — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Secretário de Estado?

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP):** — Sr. Secretário de Estado, só queria que assentássemos numa coisa: acabar de vez com esta ideia de que as riquezas naturais que Deus nos deu são para nos empobrecerem. É que eu penso que existem para nos enriquecerem, o que é uma maneira diferente de olhar para as coisas.

Repare que fui em seu socorro porque devo dizer-lhe que estava um pouco aflito com o tipo de perguntas que lhe estavam a ser feitas...

*Risos.*

**O Orador:** — Isso deveu-se certamente ao facto de eu não me ter exprimido bem.

Estou de acordo consigo porque entendo que aquele parque é uma riqueza para o País e que deve ser utilizada como tal. Penso é que, nos últimos anos, a política de conservação da natureza apenas tem seguido a via das regras e das limitações, o que não tem correspondido a uma política de investimento nestas áreas. O que faz falta é investimento público nestas áreas. E porque não também investimento privado? É que há muitas actividades que são bem-vindas à conservação da natureza. O importante é que tenhamos sempre claro que o princípio da conservação da natureza é o que deve prevalecer nas políticas implementadas nestas áreas.

Quanto à gestão, estou convencido que os portugueses devem pagar como contribuintes mas também como consumidores porque o usufruto da natureza tem um custo e penso que devemos enveredar decididamente pela via de que também o consumidor pague para que aquela zona

possa vir a constituir um orgulho para o País e não apenas uma área onde, impávidos e sem nada fazermos, assistimos ao declínio de um património que a todos nós compete defender e cuja defesa tenho a certeza que interessa igualmente a todas as bancadas desta Assembleia e a todos os portugueses.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

A próxima reunião terá plenária terá lugar na quarta-feira, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: período de antes da ordem do dia seguido de período da ordem do dia que constará da apreciação das seguintes iniciativas legislativas: inquérito parlamentar n.º 3/VII — Inquérito Parlamentar ao Desastre de Camarate (PSD); projecto de lei n.º 110/VII — Revisão da legislação referente ao Programa Especial de Realojamento (PER) nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e programas similares (PCP) e proposta de lei n.º 30/VII — Altera o Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio (Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto).

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

*Eram 13 horas e 25 minutos.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Socialista (PS):

**Francisco José Pinto Camilo.**  
**José Manuel Rosa do Egípto.**  
**José Manuel Santos de Magalhães.**  
**Luís Pedro de Carvalho Martins.**  
**Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.**  
**Maria Amélia Macedo Antunes.**  
**Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.**  
**Mário Manuel Videira Lopes.**  
**Paulo Jorge dos Santos Neves.**

Partido Social Democrata (PSD):

**António Paulo Martins Pereira Coelho.**  
**Carlos Alberto Pinto.**  
**Fernando José Antunes Gomes Pereira.**  
**Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.**  
**João Bosco Soares Mota Amaral.**  
**João Eduardo Guimarães Moura de Sá.**  
**Manuel Acácio Martins Roque.**  
**Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.**

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

**Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.**  
**Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.**  
**Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.**  
**Paulo Sacadura Cabral Portas.**

Partido Comunista Português (PCP):

**Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.**  
**Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.**

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



**DIÁRIO  
da Assembleia da República**

Depósito legal n° 8818/85

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.**

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO 252\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, L. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex